

RESUMO

A UTOPIA NO CIBERESPAÇO: REFLEXÃO SOBRE O DISCURSO UTÓPICO EM TORNO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO EM REDE

ISABEL JANE SIMÃO BRISON

PALAVRAS-CHAVE: Ciberespaço, utopia, Internet, tecnologias de comunicação, literatura utópica.

A primeira metade da década de 90 do século XX viu surgir, pela mão de diversos autores, numerosas especulações sobre o potencial utópico das novas tecnologias de comunicação em rede. O nome “ciberespaço”, aplicado a estas na mesma altura, pode estar associado a este fenómeno, em virtude das conotações espaciais que confere ao *medium* que veio a ser conhecido como “Internet”.

Pretendemos com o presente trabalho estudar o surgimento deste discurso utópico, relacionando-o, inicialmente, com situações semelhantes que foram motivadas por tecnologias anteriores e delineando as características que diferenciam o ciberespaço destas. Com base na espacialidade que propomos ser específica deste *medium*, procuramos, seguidamente, relacionar “ciberespaço” com “utopia”, recorrendo a alguma literatura utópica, assim como a diversas reflexões teóricas que nos poderão fornecer conceitos úteis para o entendimento destes espaços.

Por último, as principais manifestações de pensamento utópico sobre o ciberespaço são analisadas à luz das suas possíveis relações com as utopias literárias, esboçando-se algumas sugestões genealógicas de ligação entre as últimas e as primeiras. Procuramos abranger a diversidade de posições no discurso utópico, radicais e moderadas, assim como as diferentes conceptualizações do ciberespaço inerentes às mesmas.

ABSTRACT

UTOPIA IN CYBERSPACE: CONSIDERATIONS ON UTOPIAN DISCOURSE ABOUT NETWORKED COMMUNICATION TECHNOLOGIES

ISABEL JANE SIMÃO BRISON

KEYWORDS: Cyberspace, utopia, Internet, communication technologies, utopian literature.

The first half of the 1990s witnessed an outburst of speculation on the utopian potential of the newly established computer and telecommunications networks. The name “cyberspace”, which began to be applied to these networks at about the same time, may be related to this occurrence, on account of the spatial connotations it confers on the medium that came to be known as “Internet”.

Our aim in the present work is to investigate the emergence of this utopian discourse, comparing it, initially, to similar situations in the history of communication technologies. Spatiality is proposed as a specific feature of cyberspace, which is then confronted with utopian space. For this purpose we resort to utopian literature, as well as several theoretical approaches that may provide us with some useful concepts.

Lastly, the most representative instances of utopian speculation on cyberspace are analysed in light of their relation to literary utopias, with the suggestion of possible genealogical connections between both. We thus intend to provide an inclusive view of the spectrum of utopian discourse, radical and moderate, as well as the different conceptualizations of cyberspace inherent to it.

ÍNDICE

Introdução: Plano do trabalho e apresentação das opções tomadas; definição de alguns termos.....	1
Capítulo I: Antecedentes tecnológicos e o que diferencia o ciberespaço destes: comparação de alguns discursos; características do ciberespaço. Origem do termo.	4
Capítulo II: Antecedentes literários do lugar nenhum. Afinidades entre a utopia literária e a utopia ciberespacial: uma possível genealogia	16
Capítulo III: O ciberespaço: da ficção para o mundo real. Alguns problemas levantados pelo manifesto de Blankenship; o discurso de Barlow como paradigma de radicalidade utópica. Ciberespaço como ferramenta.	31
Conclusão: O espaço do ciberespaço e a sua posição relativamente ao espaço utópico; genealogias possíveis. Breve apontamento sobre a actualidade.	51
Bibliografia	56

INTRODUÇÃO

Plano do trabalho e apresentação das opções tomadas; definição de alguns termos.

A presente dissertação constitui-se como uma reflexão sobre o que poderá ter motivado uma tendência, que se popularizou na primeira metade da década de 90 do século XX, de atribuir às novas tecnologias de comunicação em rede um certo potencial utópico. Como se sabe, a estas tecnologias de comunicação, que vieram a materializar-se sob a forma que hoje em dia conhecemos como Internet, foi dado, em inícios de 90, um nome de origem ficcional: ciberespaço. Não é possível determinar com precisão se a aplicação deste nome à Internet indica que esta estava, na altura, a ser conceptualizada como um espaço ou se esta conceptualização surgiu apenas posteriormente à nomeação, mas o nome – ciberespaço – é uma indicação clara da espacialidade que é conferida ao *medium* mais ou menos na mesma altura que se começa a pensar as suas possibilidades utópicas. A relação que intuitivamente se pode estabelecer entre estes dois factores – a espacialidade do ciberespaço e o seu potencial utópico – por via, precisamente, da reflexão sobre a natureza dos espaços em causa, é o centro do qual radicam as questões estruturantes deste trabalho.

Foi necessário, em primeiro lugar, colocar uma hipótese preliminar, baseada na observação de algumas tecnologias de comunicação anteriores, nomeadamente a rádio e a televisão, que também geraram algum discurso de carácter mais ou menos utópico. Deste modo, no Capítulo 1 exploramos a possibilidade de existir um potencial utópico comum às diversas tecnologias de comunicação e enumeramos semelhanças e diferenças entre o ciberespaço, a rádio e a televisão, assim como comparamos os discursos mais relevantes sobre as mesmas. A espacialidade que se conclui ser específica ao ciberespaço é depois analisada através de uma leitura do contexto de origem do termo “ciberespaço” na ficção *cyberpunk* de William Gibson.

Verificando que o ciberespaço tem características que o diferenciam dos outros *media* e que as formulações de potencial utópico referentes ao primeiro tendem a ser mais vigorosas do que as respeitantes aos últimos, avançamos então para uma análise das possibilidades de relação entre ciberespaço e utopia. Constatamos uma afinidade entre os termos “ciberespaço” e “utopia”, no que concerne tanto à referência espacial implícita na sua etimologia como à origem ficcional de ambos, pelo que a etapa seguinte neste trabalho consiste em procurar características comuns a estes tipos de espaço. No Capítulo 2 analisamos as peculiaridades espaciais da utopia literária, recorrendo a alguns conceitos

desenvolvidos por Fredric Jameson na sua obra *Archaeologies of the Future: The Desire Called Utopia and Other Science Fictions*, assim como a algumas obras de ficção utópica consideradas relevantes, em particular *The Dispossessed*, de Ursula Le Guin, e *Woman on the Edge of Time*, de Marge Piercy. Estas obras foram escolhidas pela sua pertinência para a ilustração dos conceitos trabalhados, assim como pela sua proximidade temporal ao surgimento da problemática em análise: *The Dispossessed* data de 1974 e *Woman on the Edge of Time* de 1976; menos de dez anos as separam da invenção do termo “ciberespaço” por Gibson em 1982. Tendo em conta que há geralmente alguma relação entre a ficção utópica e as preocupações sociais e políticas particulares à época de produção da mesma, procurámos deste modo esboçar uma genealogia para as questões que perpassam a utopia ciberespacial.

O terceiro e último capítulo é dedicado à análise das principais expressões de pensamento utópico sobre o ciberespaço, testando-se a aplicabilidade a estas de alguns dos conceitos utilizados no estudo do espaço utópico. Foi dado particular destaque à *Declaration of the Independence of Cyberspace*, de John Perry Barlow, por ser a formulação mais radical da possibilidade de constituição de uma utopia no ciberespaço, assim como a mais conhecida e talvez a mais influente das instâncias em análise. Ao radicalismo de Barlow são contrapostas algumas posições mais moderadas, procurando dar-se uma visão abrangente da variedade de discursos utópicos, assim como das diferentes conceptualizações do ciberespaço nestes.

Devemos, antes de mais, deixar claros os critérios de utilização de determinada terminologia ao longo deste trabalho. Em primeiro lugar, “ciberespaço” é utilizado para referir uma ideia abstracta ou uma certa carga ficcional impressa no potencial das novas tecnologias de comunicação, mais do que a realidade das tecnologias em si. Os termos “Internet” e “ciberespaço” não são, então, intermutáveis. Poderemos talvez servir-nos das definições estabelecidas por Lawrence Lessig no seu *Code: Version 2.0*, pelo que “Internet” designará o meio de comunicação em rede que facilita certas actividades mais prosaicas do quotidiano, enquanto “ciberespaço” abrangerá os aspectos mais profundos e comunitários da vivência *online*.

It evokes, or calls to life, ways of interacting that were not possible before.¹

¹ Lawrence Lessig, *Code: Version 2.0* (Nova Iorque: Basic Books, 2006), p. 83.

Todas as possibilidades utópicas aqui em estudo residem no ciberespaço, que, partindo da estrutura da Internet, consegue tornar-se algo mais: um local que ganha existência própria através das práticas sociais que alberga. Com base neste entendimento de *cyberspace* como um outro espaço, surgem as expressões *real life* ou *real world* para caracterizar a vida exterior ao ciberespaço. Os seus equivalentes “vida real”, “mundo real” ou “mundo físico” são aqui utilizados com o mesmo sentido.

É necessário acrescentar também uma palavra sobre a utilização do termo “utopia”, que, como se sabe, sofreu uma evolução no seu sentido desde que Thomas More o concebeu com o intuito de nomear a sua obra. Utopia, que começou por ser o nome de uma obra em particular, transformou-se depois numa designação genérica aplicada à literatura que obedece a determinadas condições, e, posteriormente, veio a assumir um significado ainda mais geral, abrangendo qualquer ideia considerada perfeita e, por essa razão, impossível de concretizar. A palavra é aqui utilizada nos três sentidos, sendo que o contexto determina qual deles se aplica em cada situação. Contudo, pretendemos que seja dada particular atenção ao carácter (não) geográfico de “utopia” como *outopia* ou lugar nenhum, nuance que se foi perdendo ao longo das transformações de sentido sofridas pelo termo mas que, neste trabalho, faz sentido preservar.

CAPÍTULO I

Antecedentes tecnológicos e o que diferencia o ciberespaço destes – comparação de alguns discursos; características do ciberespaço. Origem do termo.

Por que surge o pensamento utópico em torno de uma nova tecnologia? Se o factor motivante for uma crença no potencial da tecnologia em questão para provocar mudanças sociais, trata-se de uma espécie de determinismo tecnológico. Pode também pensar-se a nova tecnologia como uma ferramenta que, através de uma utilização criteriosa, ajuda a melhorar as condições de vida presentes. Este é um ponto de vista mais moderado e talvez mais frequentemente manifestado em ligação a vários tipos de avanço tecnológico.

Ao longo da história das tecnologias da comunicação encontram-se várias sugestões e apontamentos sobre maneiras socialmente emancipatórias de utilizar determinados meios. O potencial de uma tecnologia nova nem sempre se concretiza totalmente: interesses comerciais ou a implementação posterior de legislação podem limitar as utilizações possíveis.

O exemplo mais paradigmático desta última situação talvez seja o da invenção da tecnologia de transmissão hertziana, que deu origem à rádio: algumas das questões que surgem nesta altura voltarão a ser equacionadas cerca de um século mais tarde, quando se generaliza o uso da Internet. Os primeiros utilizadores de rádio como meio de comunicação viram a recepção indiscriminada do sinal – o potencial de difusão que viria a tornar-se indispensável à criação dos meios de comunicação de massas – como uma tremenda desvantagem em relação ao telégrafo e ao telefone. Não se concebia uma utilidade para esta característica do *medium*, salvo pedidos de SOS, a difusão indiscriminada de uma mensagem considerava-se um acto nefasto, possivelmente com conotações revolucionárias².

Curiosamente, quando esta característica veio mais tarde a ser aceite como a especificidade inerente a este *medium*, o governo americano teve alguma relutância em implementar legislação que limitasse a atribuição de licenças para transmitir via rádio, encarando esta decisão como ofensiva à liberdade de expressão dos cidadãos³. O que anteriormente se considerara perigoso passou a ser visto como um direito inalienável, mas

² Brian Winston, *Media technology and society: a history: from the telegraph to the internet*. (Londres: Routledge, 2000), p. 73.

³ Asa Briggs e Peter Burke, *A Social History of the Media: from Gutenberg to the Internet* (Cambridge: Polity, 2005), p. 127.

esta mudança não impediu que a relação da maioria dos cidadãos com a rádio fosse de receptor e não transmissor. Nessa época inicial apenas uma minoria de amadores usufruiu das possibilidades transmissoras da tecnologia, situação que se manteve até aos dias de hoje. Tal deve-se, em parte, às limitações impostas à atribuição de licenças para transmissão e ao condicionamento das frequências e horários permitidos para tal. A legislação que impõe estes condicionamentos surge com o objectivo de impedir que os amadores interfiram com comunicações navais e militares, assim como o de aumentar a qualidade das transmissões, reduzindo-as em número. Sendo o espaço de transmissão limitado, conclui-se que este deve ser atribuído, em primeiro lugar, a algumas tarefas prioritárias como a comunicação com navios, e, de resto, à exploração com fins comerciais que se revista de algum interesse público – pedagógico ou lúdico.

Nos anos 30 do século XX, altura em que já bastantes estações comerciais de rádio operavam na Europa e nos EUA, Bertolt Brecht critica incisivamente a irrelevância dos conteúdos destas, propondo, em alternativa, a utilização da rádio para efeitos de comunicação e não só de recepção de transmissões sancionadas⁴. Brecht sugere também que se transmitam, em tempo real, eventos de interesse público como sessões parlamentares e julgamentos, assim como se entrevistem figuras públicas em directo, de modo a que “the interviewees have less opportunity to prepare carefully thought-out lies, as they are able to do for the newspapers”⁵. Assumindo a sua visão como utópica, Brecht expõe as razões por que defende a comunicação bilateral como um objectivo próprio para a rádio e útil para o bom desenvolvimento do estado democrático. Com efeito, esta tecnologia deve ser utilizada para aproximar os governantes dos cidadãos, para que as suas decisões possam ser perscrutadas e esclarecidas com o máximo de transparência.

Se, por um lado, no que diz respeito às entrevistas e transmissões em directo de acontecimentos importantes, Brecht antecipa um dos papéis que tanto a rádio como a televisão adoptarão mais tarde, o seu objectivo político – a maior participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre assuntos que os afectam – acaba por não ser cumprido e vai ressurgir, como promessa, nos anos inaugurais da Internet. O próprio Brecht tinha consciência das dificuldades que a implementação deste sistema enfrentaria, comentando que embora, a dada altura, a tecnologia tivesse avançado a ponto de criar a rádio, a sociedade não tinha ainda avançado o suficiente para a aceitar⁶. Esta postura moderada,

⁴ Bertolt Brecht, «The Radio as a Communications Apparatus», in *On Film and Radio* (Londres: Methuen, 2001), p. 41.

⁵ Bertolt Brecht, «Suggestions for the Director of Radio Broadcasting», in *On Film and Radio* (Londres: Methuen, 2001), p. 35.

⁶ Brecht, «The Radio as a Communications Apparatus», p. 41.

descrente nas possibilidades de a tecnologia, por si, mudar o mundo, contrasta com a radicalidade de algumas vozes que anunciam, nos anos 90 do século XX, uma nova era política e social provocada pelo advento da Internet.

A característica da rádio que, para Brecht, tem maior potencial transformativo, a possibilidade de comunicação bilateral, vai ser estudada, trinta anos mais tarde, por J. C. R. Licklider, como uma possibilidade para o futuro da então recente tecnologia da televisão. Num texto de 1967, intitulado “Televistas: Looking Ahead Through Side Windows”, Licklider tece um conjunto de considerações sobre possibilidades alternativas à estrutura actual da televisão como meio de difusão.

For educational television, a basic and important question is whether to continue to plan in terms of broadcasting to a mass audience or to adopt a framework in which the overall audience divides itself into many subsets and communication with each subset is carried through its own channel or channels. In the latter case, educational television would be pluralistic operationally and technologically as well as philosophically, offering a multiplicity of programs, services, and techniques, and using a multiplicity of channels.

Here I should like to coin the term “narrowcasting,” using it to emphasize the rejection or dissolution of the constraints imposed by commitment to a monolithic mass-appeal, broadcast approach.⁷

Embora assuma uma postura um pouco menos utópica do que a de Brecht, o seu texto não deixa de enunciar as vantagens que um sistema interactivo traria à população, essencialmente em termos pedagógicos mas também de comunicação comunitária. Licklider menciona também a importância que este sistema poderia vir a ter para a política a nível local, tanto para as reuniões de câmara, que poderiam ser feitas em directo, como para facilitar o contacto dos candidatos com a população durante as campanhas eleitorais.

Este modelo de *narrowcasting* ostenta algumas das funções que viria a ter a Internet, como a capacidade de enviar material de estudo requisitado pelo telespectador para o seu aparelho, o que permitiria, idealmente, a implementação de um sistema educativo ao alcance de quase toda a população, sem grandes necessidades em termos de recursos humanos. Outro aspecto que é considerado vantajoso por Licklider, e que também aponta para o que viria a ser uma das especificidades da Internet, é a “desprofissionalização” da

⁷ J. C. R. Licklider, «Televistas: Looking Ahead Through Side Windows», in <http://web.mit.edu/~schultze/www/Licklider-Televistas-Carnegie-1967.pdf>, 04-06-2009.

programação televisiva, que assim seria deixada maioritariamente ao critério dos utilizadores.

Licklider dirigiu, nos anos 60, a equipa de projectos informáticos da ARPA, que já nessa altura estudava meios de ligar vários computadores em rede. É curioso que este cientista, tendo imaginado um sistema de comunicação interactiva para a televisão, não tenha pensado na aplicabilidade do mesmo, em termos sociais e lúdicos, ao computador. Licklider encarava este equipamento como possível instrumento de comunicação, mas essencialmente a um nível profissional ou empresarial, e acreditava que apenas raramente poderia surgir a necessidade de ligar computadores em rede⁸.

O que há em comum entre as visões de Brecht e Licklider é a postulação de uma melhoria das condições sociais da humanidade em dependência da utilização de tecnologias de massa como meios de comunicação bilateral. Brecht enfatiza a importância da comunicação no processo político democrático, assim como a utilidade das transmissões, por oposição a uma tendência ornamental que é alvo de crítica feroz. Licklider dá importância principalmente à educação das populações e ao uso da interactividade como factor motivante nesta.

Se a Internet não nasce especificamente para dar resposta a tais problemas, surgem desde logo vozes que a ensaiam como solução para estes. A mais loquaz destas vozes é a de John Perry Barlow, que, em 1996, escreve a *Declaration of the Independence of Cyberspace*, anunciando a criação de uma nova sociedade *online*, capaz de construir o seu próprio sistema democrático e defendendo a liberdade de expressão e partilha de conhecimentos como valores máximos. Proclamando que a espacialidade não geográfica do ciberespaço o torna um espaço independente do “mundo real”, Barlow apela à sua independência em relação aos governos terrestres:

Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather.⁹

Imediatamente se torna aparente o contraste entre este texto e os referidos anteriormente, em termos da dimensão da mudança social promovida. Com efeito, Brecht

⁸ Brian Winston, *Media Technology and Society: A History: From the Telegraph to the Internet*. (Londres: Routledge, 2000), p. 326.

⁹ John Perry Barlow, «A Declaration of the Independence of Cyberspace», in *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001), p. 28.

e Licklider apenas sugerem condições para melhoramentos, enquanto Barlow vai mais longe, afirmando a existência de uma sociedade *online* em vias de criar o seu próprio contrato social e de quebrar relações com o “mundo real”. Barlow pretende, então, romper com a sociedade actual e criar uma nova comunidade, num novo espaço que é referido como tendo características especiais. Embora, já foi visto, tenham surgido algumas ideias mais ou menos utópicas em torno de várias tecnologias no passado, a radicalidade deste discurso é algo completamente novo. Barlow crê que há um mundo *online* que se pode separar do “mundo real” e ignorar as barreiras geográficas e políticas que nos condicionam a existência. A Internet é, então, o primeiro meio de comunicação a ser pensado e descrito como tendo uma existência espacial mais ou menos distinta do seu suporte físico.

Será uma diferença nas características desta tecnologia aquilo que torna possível este tipo de pensamento? Barlow não é o primeiro a dar destaque à espacialidade deste *medium*. Dez anos antes, Lloyd Blankenship, um jovem preso por ter acedido a computadores que não lhe pertenciam, escreve um manifesto intitulado *The Conscience of a Hacker*, no qual alude à sua descoberta dos BBS (*Bulletin Board Systems*), em voga antes da popularização da Internet, como “uma porta que se abriu para um mundo” e “um refúgio das incompetências do dia-a-dia”¹⁰. Os BBS utilizavam as linhas telefónicas e *modems* para estabelecer contacto entre vários computadores, e os seus utilizadores correspondiam-se por escrito, muitas vezes sem se conhecerem pessoalmente. Blankenship dá valor precisamente a essa faceta anónima ou invisível dos contactos interpessoais *online*, afirmando “We exist without skin color, without nationality, without religious bias...”¹¹. Esta questão não fora alguma vez levantada em relação às tecnologias de comunicação anteriores, pois só com a comunicação por computador se reúnem as condições de possibilidade para a correspondência verdadeiramente invisível. Com efeito, tanto através da voz como da aparência física se transmitem imediatamente dados sobre o género e a nacionalidade de uma pessoa, mas a comunicação por escrito não revela timbre, pronúncia ou características faciais. Estas condições, aliadas à facilidade de estabelecer diálogos entre utilizadores (algo que ainda não era possível com o telégrafo, meio que também não revela vozes ou caras), possibilitam um tipo de comunicação completamente novo e apontam para um espaço cuja natureza não é intrinsecamente visual.

Num texto de 1993, intitulado *The Virtual Community*, Howard Rheingold descreve os BBS como democratizadores por excelência, capazes de transformar “an ordinary

¹⁰ Lloyd Blankenship, *The Conscience of a Hacker*, <http://www.phrack.org/issues.html?issue=7&id=3&mode=txt>, 01-08-2008

¹¹ *Idem*

citizen anywhere in the world into a publisher, an eyewitness reporter, an advocate, an organizer, a student or a teacher, and potential participant in a worldwide citizen to citizen conversation.”¹² A cultura dos BBS, segundo este autor, é a cultura do cidadão comum, e a independência deste sistema em relação à Internet parece salvaguardá-lo de intromissões governamentais. É “a potent political and educational tool as well as a new medium for community-buliding”¹³, características que condizem quase ponto por ponto com os objectivos de Licklider para a televisão interactiva, embora os BBS constituam um sistema muito mais descentralizado do que o *narrowcasting* imaginado por este cientista. Deste modo, pode dizer-se que a ligação dos computadores em rede leva a uma viabilização de ideias que já tinham sido pensadas, sem efeito, para outros *media*, embora a sua concretização seja algo *sui generis*, pois não ocorre ao nível das instituições mas antes, parcelarmente, por intermédio dos cidadãos.

A perspectiva de Rheingold sobre o ciberespaço é, em si, algo utópica, enfatizando o desenvolvimento de comunidades *online* e as repercussões benéficas destas na “vida real”. As comunicações mediadas por computador podem exercer mudanças a três níveis¹⁴: *pessoal*, na medida em que qualquer tecnologia de comunicação molda as nossas percepções; *social*, dado que esta tecnologia permite a comunicação multilateral que pode dar origem à formação de comunidades; *político*, tendo em conta a importância crescente dos meios de comunicação nesta esfera. É aqui, no campo político, que Rheingold se apresenta mais utópico. Partindo de um conceito iluminista de democracia representativa que pressupõe a existência activa de uma esfera pública de debate e discussão que suporta a eleição de representantes, o autor louva a literacia dessa esfera pública na época anterior ao telégrafo e culpa os *mass media* comerciais pela falta de debate público hoje em dia:

Contemporary observers have documented and analyzed the way mass media (“one to many” media) have “commoditized” the public sphere, substituting slick public relations for genuine debate and packaging both issues and candidates like other consumer products.¹⁵

Esta perspectiva, algo atávica, não deixa de estar próxima da crítica de Brecht à unilateralidade da rádio: a comunicação de um para muitos tende a resolver-se em pacotes

¹² Howard Rheingold, *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier* (Nova Iorque: HarperCollins, 1993), p. 131.

¹³ *Idem*, p. 132.

¹⁴ *Idem*, pp. 12-13.

¹⁵ *Idem*, p. 14.

de conteúdos susceptíveis de agradar ao maior número de pessoas e impossibilita tecnicamente o debate, actividade por excelência multilateral. Salvaguardamos uma diferença essencial entre estes dois autores: Rheingold, olhando para trás a partir da sua posição no final do século XX, descreve com nostalgia os tempos anteriores aos *mass media* e coloca a sua esperança na Internet para reavivar a discussão na esfera pública. Brecht, por seu lado, encontrando-se no momento inaugural dos *mass media*, não olha para trás mas apenas para a frente, convicto de que, se a rádio não está a ser utilizada da melhor forma, tal sucede porque a sociedade ainda não está suficientemente evoluída para o fazer. Se, para Rheingold, os *media* produzem a discussão, ou a sua ausência, para Brecht, a sociedade produz os *media*. Contudo, as intenções de ambos são semelhantes, e em ambos se lê uma nota final de esperança na possibilidade de o público, mais cedo ou mais tarde, conseguir utilizar os vários meios de comunicação da melhor maneira, em proveito de uma democracia mais participativa.

O tratamento da Internet como um (ciber)espaço encontra-se muito presente em *The Virtual Community*. Logo de início Rheingold define ciberespaço como “conceptual space”¹⁶ onde interagem os utilizadores, e justifica esta leitura espacial como uma forma de enquadrar a experiência comunitária numa plataforma essencialmente virtual. A caracterização espacial surge por analogia: a “electronic agora”¹⁷ tem as mesmas funcionalidades que uma ágora real. Tratar-se-á, então, de um meio de comunicação que substitui o espaço público? O facto de a Internet ser pensada como um espaço parece estar relacionado com a teorização sobre as suas possibilidades utópicas.

Este meio tem, de facto, características espaciais particulares, que lhe são dadas em parte pela componente arquivística implícita na colocação de vários computadores em rede. Antes de ser um meio de comunicação, o computador era uma ferramenta de processamento e armazenamento de dados, valências que, em rede, são acrescentadas à faculdade comunicativa. Surge, então, a possibilidade de pôr o utilizador em contacto, não só com outros utilizadores, mas também com locais de armazenamento de informação. A comunicação por rádio nunca poderia permitir, por exemplo, efectuar transferências bancárias. Esta faceta da Net é também a que suscita questões mais problemáticas de natureza legal, pois a lei ainda é eminentemente territorial; algo que, existindo num espaço, tem repercussões sobre outro espaço distinto pode causar alguma incerteza em termos de legislação aplicável. Mas o ciberespaço, mais do que a soma de todos os servidores que o compõem, parece ser um espaço ele mesmo, um espaço fluído e “navegável”. Carregar

¹⁶ *Idem*, p. 5.

¹⁷ *Idem*, p. 14.

numa hiperligação não transmite a sensação de se ser transportado milhares de quilómetros, ainda que essa seja a distância real entre os servidores que armazenam duas páginas. Esta proximidade imediata emancipa o utilizador das contingências geográficas, facilitando a comunicação interpessoal e a criação de comunidades, aspecto explorado em profundidade por Rheingold.

Curiosamente, há uma certa contraditoriedade entre esta tendência comunitária e o contexto de origem do termo “ciberespaço”, utilizado com frequência para descrever a Internet quando se pretende imprimir-lhe uma carga espacial. Com efeito, “ciberespaço” é uma expressão criada pelo escritor de ficção científica William Gibson, que a utilizou pela primeira vez em 1982, no conto “Burning Chrome”, tendo em 1984, com a novela *Neuromancer*, explorado mais a fundo as suas implicações.

Este termo é hoje universalmente utilizado para designar as diversas redes de comunicações globais, e foi utilizado abundantemente pelos defensores da utopia *online*, muitas vezes na descrição de situações opostas à envolvimento da ficção que lhe deu origem. O ciberespaço de Gibson é um espaço virtual utilizado para armazenamento e processamento de informação, ao qual se acede visualmente, através de uma interface que se liga directamente ao cérebro.

Recorrendo ao texto de *Neuromancer* para analisar melhor este espaço peculiar, uma frase apresenta-se desde logo inescapável, pois é possivelmente a mais citada desta obra:

“Cyberspace. A consensual hallucination experienced daily by billions of legitimate operators, in every nation, by children being taught mathematical concepts...”¹⁸

Embora a popularidade desta passagem se possa atribuir ao *glamour* da expressão “consensual hallucination”, esta não nos diz tanto sobre a natureza do espaço gibsoniano como o resto da frase: quem experiencia esta alucinação é o operador legítimo, a pessoa que está autorizada e presumivelmente tem formação para tal. Também são mencionadas crianças que aprendem conceitos matemáticos, pelo que se pode concluir que o conhecimento em primeira mão do ciberespaço não é possível sem uma preparação científica prévia. O acesso e a navegação não são *user-friendly*; este não é um espaço lúdico mas um local de trabalho especializado. O acesso não é aberto a todos; acima de tudo, este

¹⁸ William Gibson, *Neuromancer* (Londres: HarperCollins, 1995), p. 67.

espaço não é um meio de comunicação mas um local fechado, privado, utilizado apenas por quem lá tem propriedade ou por criminosos.

Em relação às características arquitectónicas do espaço, a seguinte passagem é bastante elucidativa:

“And flowed, flowered for him, fluid neon origami trick, the unfolding of his distanceless home, his country, transparent 3D chessboard extending to infinity. Inner eye opening to the stepped scarlet pyramid of the Eastern Seaboard Fission Authority burning beyond the green cubes of the Mitsubishi Bank of America, and high and very far away he saw the spiral arms of military systems, forever beyond his reach.”¹⁹

Trata-se de um “tabuleiro de xadrez” tridimensional e transparente, ou seja, de uma grelha de coordenadas bem definidas, “distanceless”, sem distância, no sentido em que (como se percebe mais adiante) se pode chegar instantaneamente a qualquer ponto inserindo as suas coordenadas. Nesta grelha encontram-se dispersos vários edifícios de formas geométricas e coloridas: uma “stepped scarlet pyramid”, “green cubes” e “spiral arms”. As configurações arquitectónicas, que não estariam deslocadas no mundo real, encontram-se distribuídas em profundidade, perfazendo uma paisagem urbana com coerência perspéctica: a pirâmide por detrás dos cubos verdes e os sistemas militares num horizonte longínquo.

Este campo geométrico infinito é uma rede de estruturas semelhantes a arranha-céus, monumentos na paisagem virtual que correspondem a corporações multinacionais. É uma outra versão da cidade contemporânea, ostensivamente liberta das limitações do mundo físico mas suportando edifícios construídos pelas mesmas entidades; edifícios esses que, à semelhança dos seus equivalentes “reais”, são quase inexpugnáveis.

No entanto, apesar de preenchido com arquitectura monumental, civil e militar, está em falta neste ciberespaço uma parte fundamental da cidade: as áreas de lazer. Trata-se, então, de uma cidade laboral, direccionada para a produção e não para o ócio ou para o consumo²⁰. É um espaço ao qual nem todos têm acesso: distante do conceito actual de *net 2.0*, é uma grelha densamente urbanizada de corporações e interesses financeiros privados.

¹⁹ Gibson, *op. cit.*, p. 68.

²⁰ Outros tipos de experiência virtual em Gibson estão mais direccionados para o consumo – notavelmente o “simstim”, mas esse tópico não será aqui desenvolvido. Observe-se apenas que o “simstim” é uma forma de consumo de experiências sensoriais alheias, ou seja, enquanto actividade lúdica, é o oposto de uma vivência social: trata-se de partilhar as sensações físicas de outra pessoa, sem qualquer possibilidade de interacção ou partilha de pensamentos.

Quem o percorre é o profissional, o operário especializado, ou o pirata: um outro tipo de operário especializado, a quem Gibson, curiosamente, se refere como “cowboy”. É comum entre os habitantes deste espaço exibir-se um certo preconceito em relação à existência carnal:

In the bars he'd frequented as a cowboy hotshot, the elite stance involved a certain relaxed contempt for the flesh. The body was meat. Case fell into the prison of his own flesh.²¹

O ciberespaço é ocupado pela mente, e nele praticamente tudo é possível. Equaciona-se assim uma ideia do corpo como prisão de carne para a mente, constituindo o ciberespaço uma libertação em relação a este. Esta ideia é ecoada por John Perry Barlow na sua *Declaration*: “Ours is a world that is both everywhere and nowhere, but it is not where bodies live.”²² Já Rheingold não partilha esta opinião: o seu ciberespaço coexiste com, e apoia, a vida no “mundo real”. A convivência na WELL, comunidade que Rheingold descreve em pormenor por ter sido a primeira que frequentou, tem fins tanto pedagógicos como lúdicos, e as analogias espaciais utilizadas por este autor são maioritariamente de interiores: o “small but warmly human corner” da conferência Parental²³, ou a descrição mais genérica da organização das conferências como um edifício com várias salas²⁴.

O ciberespaço de Gibson é, pelo contrário, enfaticamente exterior. De facto, torna-se desconcertante, tendo em conta as funções deste espaço, a existência de uma paisagem: as construções geométricas luminosas, dispostas sobre um sistema de coordenadas, oferecem-se ao olhar. A respeito desta questão, Scott Bukatman faz uma leitura do ciberespaço gibsoniano como espaço fenomenal:

Following the strategies of computer-graphics researchers, Gibson has transformed the virtual field of the Cartesian coordinate system into the Newtonian spaces of concrete forces and forms (TRON performed a similar operation). This is no idle transformation; it reduces the infinite abstract void of electronic space to the definitions of bodily experience and physical cognition, grounding it in finite and assimilable terms.²⁵

²¹ Gibson, *op. cit.*, p. 12.

²² Barlow, *op. cit.*, p. 28.

²³ Rheingold, *op. cit.*, p. 18.

²⁴ *Idem*, p. 62.

²⁵ Scott Bukatman, «Cyberspace», in *The Cybercultures Reader, second edition* (Nova Iorque: Routledge, 2007), p. 99.

De facto, para possibilitar a navegação é necessária a existência de um espaço, e Bukatman interpreta o gesto de Gibson como uma vontade de conceber o inconcebível, ou seja, de tornar visualmente legível algo tão abstracto como a circulação de informação. Mas, ao espacializar a existência de informação utilizando a grelha cartesiana, ainda que coloque o observador no seu interior, Gibson está, no fundo, a criar um espaço que existe apesar do que contém; um espaço que ameaça continuar a existir mesmo que dele seja retirada a arquitectura do armazenamento de dados. Essa existência do espaço independentemente da sua função vai crescer em torno do termo “ciberespaço” e vai moldar a percepção do mesmo como um lugar com existência própria.

Para além da sua carga ficcional, o termo “ciberespaço” tem ainda outras nuances, relacionadas com a origem do prefixo “ciber”. Lawrence Lessig chama a atenção para estas no seu *Code 2.0*, referindo a derivação de “ciberespaço” a partir do termo “cibernética”, utilizado por Norbert Wiener nos anos 40 para designar o estudo do controlo e comunicação em animais e máquinas. A palavra vem do grego, sendo o seu significado original algo como “condutor” ou “homem do leme”. No século XIX, em França, o mesmo termo designava a arte de governar. Lessig estranha, conseqüentemente, o surgimento de tanta teorização utópica em torno de um espaço cujo nome aponta para ideias de governação e controlo²⁶. *Code 2.0* é uma defesa da governabilidade da Internet, apoiada numa analogia entre o código de programação e o código de legislação. Gibson estaria provavelmente de acordo com este ponto de vista, pois o seu ciberespaço é rigorosamente regulado, ainda que não por instâncias governamentais, mas por corporações e interesses privados.

“Ciberespaço”, nas mãos dos utopistas, é, então, apenas uma palavra, apropriada pela sua qualidade de referência a um espaço outro, de características distintas e distintamente não geográficas. Já foi visto que, ao longo da história das tecnologias de comunicação, as perspectivas de melhoria social surgem muitas vezes aliadas ao potencial de comunicação multilateral. A Internet alia a este a capacidade de disponibilizar arquivos, que conferem uma dimensão espacial e de memória colectiva²⁷ ao *medium*. Esta espacialidade é peculiarmente não visível ou não visual: a navegação e o contacto entre utilizadores dão-se por intermédio de texto escrito, outro aspecto que distancia este

²⁶ Lessig, *op. cit.*, p. 3.

²⁷ Os arquivos de conversações passadas de uma comunidade *online* são referidos por Rheingold como “community memory”, o que aponta para uma das funções imemoriais do espaço público urbano. Rheingold, *op. cit.*, p. 42.

ciberespaço do imaginário gibsoniano²⁸. Sem visibilidade e sem distância, removido de qualquer geografia, este espaço afigura-se como ideal para o planeamento de uma utopia: uma nova sociedade num lugar que não existe.

²⁸ Curiosamente, na descrição que Rheingold faz da WELL como espaço arquitectónico, o edifício WELL está dividido por salas que correspondem às conferências e, em cada sala, existem vários quadros nas paredes, nos quais se encontram os tópicos. A analogia espacial funciona até ao momento de chegada à área onde realmente se dá a conversação: nesta, em vez de se visualizar os intervenientes, regressa-se ao suporte bidimensional de texto. Cf. Rheingold, *op. cit.*, p. 62.

CAPÍTULO II

Antecedentes literários do lugar nenhum. Afinidades entre a utopia literária e a utopia ciberespacial: uma possível genealogia.

Happiness was where they were not, beyond the horizon.²⁹

John Perry Barlow declara a independência do ciberespaço baseando-se na convicção de que este é de facto um espaço, e que, mais ainda, é um espaço situado à parte da geografia terrestre. Existe um termo que descreve precisamente esta deslocação em relação ao espaço da Terra, mas cujo significado se alterou para passar a designar, genericamente, algo desejável mas impossível de concretizar. Esse termo é “utopia”, e Barlow não o utiliza no seu manifesto, possivelmente para evitar envolver-se com as conotações negativas do seu significado contemporâneo, quando utilizado num contexto político.

À semelhança da palavra “ciberespaço”, “utopia” tem origem ficcional. Criada por Thomas More em 1516 para denominar a ilha e o regime descritos no livro do mesmo nome, “utopia” é provavelmente uma amálgama de duas palavras gregas: *outopia* – que significa “não lugar” e *eutopia* – “bom lugar”. Embora a negação do objecto através do nome seja uma estratégia comum nesta obra, o que dá peso ao primeiro significado, crê-se que a ambiguidade é deliberada³⁰.

No seu estudo sobre *Utopia* de More, Louis Marin introduz a questão dos nomes próprios, referindo a similaridade do texto utópico ao modo performativo, dado que aquele referencia apenas o que está contido nele próprio, pelo que a sua enunciação gera qualquer coisa: torna existente o que é referido no texto³¹.

O nome próprio refere-se sempre à entidade nomeada por ele, numa espécie de movimento circular, pelo que “Utopia” designa o texto que tem o nome de “Utopia”, assim como, neste caso, a ilha que também se chama “Utopia”. O nome próprio não indica qualidades do objecto mas limita-se a um gesto, um apontar de dedo em direcção ao que é nomeado³². “Utopia” começa por ser um nome próprio, um apontar de dedo a uma

²⁹ Frank Manuel e Fritzie Manuel, *Utopian Thought in the Western World* (Cambridge, Mass.: The Belknap Press, 1979), p. 22.

³⁰ James Romm, «More's Strategy of Naming in the *Utopia*», *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 22, N.º 2 (Verão, 1991), pp. 173-183.

³¹ Louis Marin, *Utopics* (Nova Iorque: Prometheus, 1984), p. 85.

³² *Idem*, p. 88.

construção textual que provoca a existência de um espaço peculiar; a produção posterior de espaços semelhantes leva a que o termo se invista de um novo significado, referindo-se a todo o espaço produzido textualmente daquela forma, pelo que vem a designar todo um género literário subsequente à obra de More.

O carácter hipotético do espaço de uma utopia, por definição distanciado do espaço real, leva a uma mutação no significado do termo, passando este a abranger, de forma mais genérica, toda a ideia considerada perfeita e, conseqüentemente, impossível de implementar no mundo real. A dicotomia que se estabelece, hoje, entre “utopia” e “realidade” é curiosamente paralela à que opõe o “*online*” ao “*real life*”, mas deixa de parte o significado particularmente espacial do termo³³, ao qual nos dedicaremos de seguida.

A forma como a utopia se manifesta espacialmente encontra-se já apontada no significado do próprio termo: lugar nenhum (bom lugar). Como lugar nenhum, a sua não existência separa-a do espaço real e dos governos reais. Como bom lugar, é o espaço de um regime que corrige infalivelmente todos os problemas que o autor encontra na sua realidade³⁴.

Trata-se, então, de um espaço de ensaio de uma hipótese, espaço este que assume as características de um laboratório: encontra-se necessariamente isolado do mundo, oferecendo um ambiente estéril onde o projecto utópico possa desenvolver-se sem risco de contaminação do exterior. Fredric Jameson define este isolamento recorrendo ao conceito de “closure”, utilizado por Roland Barthes para caracterizar a condição de possibilidade de um sistema. “Closure”, cuja tradução seria algo como “clausura”, descreve o fechamento de uma utopia sobre si mesma, exemplificado paradigmaticamente pela trincheira que o fundador Utopus mandou escavar, separando a terra de Utopia do continente e transformando-a numa ilha³⁵. Esta separação é entendida como um acto de diferenciação, de criação de um outro espaço que, estabelecendo a sua alteridade, permite a existência auto-suficiente da utopia.

Embora nem sempre se verifique um acto de cisão tão radical como o de Utopus, o regime utópico encontra-se sempre, de alguma forma, isolado do resto do mundo e com auto-suficiência garantida. Esta é uma característica que, aparentemente, não é possível concretizar-se no ciberespaço, por mais aberta que seja a definição do último, pois o ser

³³ A utilização mais comum do segundo par de termos também enfatiza um conjunto de vivências pessoais em detrimento das particularidades espaciais dos dois mundos.

³⁴ Entre o lugar nenhum e o bom lugar há talvez uma certa dose de pessimismo, implicando esta ambigüidade que uma solução governamental perfeita não tem lugar neste mundo.

³⁵ Fredric Jameson, *Archaeologies of the Future: the Desire Called Utopia and Other Science Fictions* (Nova Iorque: Verso, 2005), p. 5.

humano tem necessariamente de existir em simultâneo nos dois mundos. Colocam-se então duas questões: se poderá existir utopia sem *closure* ou, inversamente, se existirá um tipo de *closure* específico do ciberespaço. Procuraremos responder a estas questões mais adiante; antes, porém, devemos prosseguir com o estudo das características espaciais da utopia.

Na literatura, a fundação do regime utópico é muitas vezes um acto de colonização, uma apropriação de terras que inclui também a possibilidade de expansão posterior das mesmas³⁶. De acordo com Frank e Fritzie Manuel, observa-se uma relação entre a produção de literatura utópica e a descoberta de novas terras:

Much of Western utopia can be related to the acquisition of the known visible world by the peoples of the peninsula of Europe. This development cuts across the individual historical constellations. Imaginary societies are situated along the general path of actual conquests, discoveries, and explorations.³⁷

O pensamento utópico acompanha, então, a expansão das fronteiras do universo conhecido: não será por acaso que o primeiro exemplar deste género data do início do século XVI. Mais tarde, quando toda a Terra é mapeada e não sobram locais para um regime utópico se isolar e esconder, a viagem exploratória passa a ser no tempo, em direcção a um futuro mais ou menos longínquo, no qual, por vezes, não resta sequer memória do passado/presente em que a história foi escrita. Paul Alkon refere como momento inicial desta mudança de *utopia* para *uchronia* a obra *L'an 2440* de Louis-Sébastien Mercier, publicada em 1771³⁸. A possibilidade de explorar outros planetas faz surgir novas utopias, deslocando a *terra incognita* para além das fronteiras da Terra, fenómeno que se dá no seio da ficção científica norte-americana da primeira metade do século XX. Andrew Ross refere a continuidade entre esta ficção da exploração espacial e o espírito colonialista dos *Westerns*:

In this respect, North American SF was much more than a naive reflection of the cult of technology; it was also an embryonic response to the call for the colonization of space, where adventure, as always, was imperialism's accomplice.³⁹

³⁶ Jameson, *op. cit.*, pp. 204-205.

³⁷ Frank Manuel e Fritzie Manuel, *op. cit.*, p. 21.

³⁸ Paul Alkon, *Science Fiction Before 1900: Imagination Discovers Technology* (Nova Iorque: Routledge, 2002), p. 60. *L'an 2440* terá sido não só a primeira *uchronia* como também a primeira obra a explicitar no título a localização precisa desta no tempo.

³⁹ Andrew Ross, «Getting out of the Gernsback Continuum», *Critical Inquiry*, Vol. 17, N.º 2. (Inverno 1991), p. 422.

Nem toda a ficção científica é estritamente utópica, e, como Ross refere, a maioria reflecte a ideologia vigente na sua época e pouco faz para equacionar alternativas. No entanto, esta exploração espacial ficcional abre um espaço além do limite da superfície terrestre, num movimento de expansão semelhante ao que sofre o sentido do termo “horizonte”: desde o lugar até onde a vista alcança, até ao espaço além desse limite, desembocando finalmente no infinito⁴⁰. De facto, uma vez que a infinitude do universo constitui uma nova terra incógnita, as possibilidades utópicas multiplicam-se, e vão além da abordagem colonialista para especular sobre regimes extraterrestres, como o faz notavelmente Ursula Le Guin. A utopia encontra-se sempre num limite, definindo-se como um espaço outro: aquele que não é onde estamos, sempre além fronteiras⁴¹.

Não será de estranhar, portanto, que o singular aparecimento, em finais do século XX, de um novo tipo de espaço tenha despoletado algumas ideias de carácter utópico. Com efeito, o ciberespaço é mais uma fronteira a explorar, cheia de potencial, analogia que dá o nome à *Electronic Frontier Foundation* que John Perry Barlow ajudou a fundar. A expressão *electronic frontier* surge também no subtítulo do livro de Howard Rheingold acima referido; o conceito de fronteira tem um significado particular no imaginário americano, onde se identifica com a vanguarda da histórica expansão colonialista, o local onde se construiu o futuro da nação. A especificidade espacial do ciberespaço poderá ter, à semelhança da fronteira primordial americana, um papel importante na formação do povo que a habitará no futuro⁴².

Colonizar um território implica um começo, uma estreia, que trará sempre consigo um plano. A base de uma utopia é um desenho, no sentido projectual do termo: o delinear das condições necessárias para uma sociedade ideal. O plano da utopia assume sempre, em maior ou menor grau, uma tendência urbanística: mesmo em obras marcadamente ruralizantes, como *News from Nowhere*, de William Morris, ou *Woman on the Edge of Time*, de

⁴⁰ Louis Marin, «Frontiers of Utopia: Past and Present», *Critical Inquiry*, Vol. 19, N.º 3 (Primavera 1993), p. 406. Marin comenta que “horizonte” atinge a infinitude no preciso momento em que “utopia” surge como nome comum nos dicionários do século XVIII.

⁴¹ Marin, *op. cit.*, p. 411.

⁴² Esta ideia foi desenvolvida por Frederick Jackson Turner na sua obra *The Frontier in American History* (1921). Turner considera a fronteira como essencial na formação da identidade americana. Os colonos europeus que se encontram na fronteira rapidamente adquirem hábitos semelhantes aos dos índios; à medida que vão domesticando o espaço é que voltam a emergir os seus hábitos europeus. O americano é precisamente o resultado dessa fusão entre o selvagem e o civilizado. No entanto, a aplicação desta ideia ao ciberespaço redundaria numa espécie de determinismo tecnológico, e não é exactamente essa a intenção de Barlow, como veremos adiante.

Marge Piercy, há um cuidadoso planeamento urbano, servindo os edifícios descritos⁴³ para representar as posições ideológicas afirmadas na utopia em questão.

A forma como a sociedade utópica do futuro é apresentada em *Woman on the Edge of Time* é, inicialmente, quase de definição por exclusão: Connie, a protagonista/visitante, emerge num mundo aparentemente rural, com poucas construções e estas bastante humildes, e interpreta este futuro como um retrocesso, comparando-o com o imaginário popular decorrente da ficção científica do seu tempo. O próprio acto de equacionar o futuro em termos de progresso/retrocesso implica já uma ideologia firmemente entrincheirada num momento histórico particular; deste modo, Piercy define a sua utopia em oposição tanto ao seu presente narrativo como ao futuro que neste se afigurava desejável. Nesta decisão está implícita uma crítica ao desenvolvimento da tecnologia como fim em si mesmo, mais do que um desprezo pela tecnologia em si, como ocorre na utopia neo-medieval de William Morris.

A Mattapoissett de Piercy conhece e utiliza muitas ferramentas tecnológicas, particularmente no campo da biologia, como se torna paradigmaticamente evidente através do *brooder*, edifício onde se processa a gestação dos bebés humanos⁴⁴. Este artifício já nos é familiar, no contexto de uma das distopias mais emblemáticas do século XX, *Brave New World* de Huxley, mas aqui surge como meio emancipatório do sofrimento orgânico provocado pela gravidez, no centro de uma formação alternativa da ideia de família. É importante verificar que o uso da tecnologia em Piercy não se encontra rodeado da parafernália estética normalmente associada à mesma; um dos engenhos indispensáveis a esta sociedade utópica, o chamado *kenner*, que surge sob a forma de um pequeno relógio de pulso, é na realidade um misto de telemóvel e base de dados/arquivo, semelhante à Internet de hoje em dia. A tecnologia de Piercy encontra-se ao serviço da vida e não o inverso, num mundo muito distante dos ambientes citadinos doentios de Gibson. Pode ser interessante, neste ponto, acrescentar a esta visão crítica uma leitura do próprio Gibson: o potencial distópico da crença na primazia do progresso tecnológico é explorado no seu

⁴³ Ou, por vezes com maior ênfase, os edifícios omitidos: na Londres do futuro em *News from Nowhere* é notável a ausência de complexos fabris e escolas. Cf. William Morris, *News from Nowhere*, <http://www.gutenberg.org/files/3261/3261.txt>, 02-09-2008. A escola é um edifício que também desaparece em *Woman on the Edge of Time*. Em *The Dispossessed*, de Ursula Le Guin, verifica-se uma situação curiosa: embora a maioria dos edifícios que nos são familiares na composição do espaço urbano se mantenha, há um estranhamento da sua presença arquitectónica que é devido a ausência da fachada como elemento que define a separação entre a cena, o espaço concebido para ser visível, e o obscuro, o que não deve ser visto: Cf. Henri Lefebvre, *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith (Oxford: Blackwell, 1991) p. 36. Esta situação é-nos descrita claramente na apresentação da capital de Anarres, Abbenay: “You could see it all, laid out as plain as spilt salt. Nothing was hidden.” Cf. Ursula Le Guin, *The Dispossessed* (Londres: Gollancz, 2002), p. 84. Esta visibilidade total das actividades humanas indica que não há uma ocultação do trabalho envolvido na produção dos bens de consumo, como ocorreria num regime capitalista.

⁴⁴ Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time* (Londres: The Women’s Press, 1979), pp. 101-104.

conto “The Gernsback Continuum”, que retrata visões de uma sinistra concretização do futuro que era tido como ideal nos Estados Unidos dos anos 30 do século XX.

O determinismo tecnológico que coloca a utopia como resultado do avanço do conhecimento científico tem a sua própria tradição literária anterior ao século XX; *New Atlantis* de Francis Bacon (publicada postumamente em 1626) é usualmente considerada a obra fundadora desta corrente de pensamento utópico. A história das origens da ficção científica nas *pulp magazines* dos anos 30, e principalmente da *Amazing Stories* de Hugo Gernsback⁴⁵ está profundamente ligada a um desenvolvimento desse pensamento, que, pós-Revolução Industrial, começa a assumir contornos de possibilidade concreta. O futuro parece ser, nesta época, indissociável do progresso tecnológico, e ambos são esperados, desejados pelo povo americano.

The designers were populists, you see; they were trying to give the public what it wanted. What the public wanted was the future.⁴⁶

É este desejo que motiva, nos anos 30, a adoção na arquitectura e no design americanos de uma estética aerodinâmica, repleta de cromados, aparentemente inspirada nas ilustrações das *pulp magazines*. A arquitectura torna-se assim expressão de uma ideologia tecno-determinista, portadora do potencial utópico/distópico explorado por Gibson em “The Gernsback Continuum”. A crítica de Piercy a este futuro em potência enquadra-se numa geração posterior de escritores de ficção científica, no contexto de uma revolução feminista e das crescentes preocupações com a preservação do planeta, e é neste sentido que a sua utopia se constitui não só como uma alternativa ao presente mas também a uma hipótese de futuro que já vinha a ser equacionada desde Bacon.

Há, no entanto, um elemento peculiar à ideologia gernsbackiana que se distancia um pouco da megalomania tecnológica caricaturada por Gibson, e que é explorado, numa forma um pouco alterada, por Piercy, como elemento fundamental na sua Mattapoisett do futuro. Este é o culto do amadorismo⁴⁷: a filosofia de Gernsback assenta no pressuposto de que a ciência deve ser acessível a qualquer pessoa, independentemente de ter ou não curso superior; sendo certo que a sua categoria de “qualquer pessoa” incluía apenas jovens

⁴⁵ Sobre este tema, ver Andrew Ross, «Getting out of the Gernsback Continuum», *Critical Inquiry*, Vol. 17, N.º 2. (Inverno 1991), pp. 411-433.

⁴⁶ William Gibson, «The Gernsback Continuum», *Burning Chrome*, http://project.cyberpunk.ru/lib/burning_chrome/, 26-11-2008.

⁴⁷ Entenda-se, neste caso, “amadorismo” como uma atitude que decorre do amor pela actividade, sem intenção de obter lucro, ao invés do sentido depreciativo de “pouco profissional”.

caucasianos do sexo masculino, ainda assim Gernsback terá tido um papel fundamental no desenvolvimento do gosto pela ciência como actividade lúdica entre a população em geral⁴⁸.

Em *Woman on the Edge of Time*, tendo, de acordo com uma longa tradição utópica, desenvolvido um modelo alternativo ao capitalismo que não necessita de dinheiro para funcionar, Piercy explora uma ideologia do trabalho intimamente ligada ao amadorismo. “Person must not do what person cannot do” é um ditado popular em Mattapoisett que traduz bem a sua relação com o trabalho: uma ocupação deve ser escolhida com base nas inclinações pessoais de cada um. Paralelamente, todos têm de participar nas tarefas básicas relacionadas com a alimentação e a defesa, mas estas necessidades de sobrevivência são partilhadas de modo a que todos tenham direito a dedicar-se a uma ou mais actividades escolhidas por gosto, sejam elas científicas ou artísticas. Encoraja-se, desta forma, a confluência das actividades lúdicas e laborais, garantindo que a necessidade de trabalhar não se torna alienante.

Esta perspectiva estende-se, inevitavelmente, ao campo da educação. Com efeito, não há escolas, no sentido que conhecemos, em Mattapoisett. As crianças fazem a sua escola com os adultos, ajudando-os no trabalho e aprendendo assim o essencial à sobrevivência. Embora todos saibam ler a partir dos quatro anos (presume-se que sejam os familiares a ensiná-los), o conhecimento livresco é tido como um complemento da educação; é algo que se vai adquirindo ao longo de toda a vida e não apenas nos anos formativos. De resto, em Mattapoisett não há uma distinção forte entre estudo e trabalho: no fundo, todas as crianças aprendem desde cedo a trabalhar, a ajudar nas tarefas que podem, e o estudo é encorajado permanentemente ao longo da vida através do direito a um ano de licença sabática de sete em sete anos, a ser integralmente dedicado à investigação no campo de preferência⁴⁹. A crítica a um sistema de ensino baseado na teoria e totalmente alienado do mundo real tem os seus antecedentes utópicos nas teorias de Fourier, que defende também que as crianças devem ser ensinadas a trabalhar desde pequenas, pois se as suas brincadeiras preferidas são maioritariamente em imitação das actividades dos adultos, mais vale ocuparem-se com as actividades propriamente ditas e não apenas com a sua simulação⁵⁰. Esta postura vai também ser adoptada por Lloyd Blankenship em *The Conscience of a Hacker*, onde o autor alega que as suas experiências com computadores e

⁴⁸ Ross, *op. cit.*, pp 417-421. É interessante verificar que Gernsback foi também um dos principais impulsionadores do amadorismo nas tecnologias da comunicação, nomeadamente, na transmissão rádio, tendo fundado a *Wireless Association of America* em 1909 (Ross, *op. cit.*, p. 418).

⁴⁹ Piercy, *op. cit.*, pp. 130-131.

⁵⁰ Charles Fourier, *A Infância Emancipada* (Lisboa: Antígona, 2007), pp. 41-42.

comunicações via BBS são mais estimulantes intelectualmente do que os conteúdos dos programas escolares, mas esta questão será abordada em pormenor mais adiante.

A importância do amadorismo na utopia de Piercy reflecte-se também no seu modelo urbanístico: este não só é descentralizado como dá grande predominância ao papel da criatividade e das idiosincrasias do gosto individual na construção das casas e na decoração dos espaços colectivos. Não será por acaso que esta utopia preconiza a habitação individual em detrimento do já conhecido modelo socialista do dormitório comunal, ou da postura mais conservadora da casa de família moreana. Os resultados nefastos da uniformização (e a sujeição obrigatória a condições de vida comunal) são vistos na narrativa do presente, sendo que a instituição mental em que Connie se encontra é um dos mais repressivos agentes desta tendência. Nas versões distintas do futuro, estrutura-se uma oposição entre o cultivo da criatividade e do amadorismo, não restrito à ciência mas aplicado a todas as instâncias da vida, em Mattapoissett, e a passividade do consumo constante de telenovelas em regime de realidade virtual na distopia urbana de Nova Iorque, aliado à ignorância e rigorosa divisão de classes. Esta distopia, que não se chega a saber se é a civilização contra a qual Mattapoissett está em guerra ou se é uma possibilidade histórica alternativa, está bastante próxima da ideia de futuro contra a qual Connie avalia a utopia no seu primeiro contacto: uma megalópolis, onde os habitantes mais pobres vivem nos andares inferiores sem alguma vez ver a luz do sol, e as mulheres estão presas em apartamentos automatizados sem janelas, com gavetas que servem comida sintética, uma *holodeck* (televisão holográfica) e um *sense-all* (consola de realidade virtual que fornece uma gama pré-fabricada de ambientes de sexo e violência)⁵¹.

Há, portanto, três cenários arquitectónicos distintos em *Woman on the Edge of Time*, um dos quais é utópico – a Mattapoissett do futuro – sendo os restantes dois, o presente da narração e a Nova Iorque do futuro, à qual Connie vai parar por acidente, violentamente negativos. A forma como são apresentados reflecte as relações de poder nas várias sociedades: em Mattapoissett, o ponto de vista é quase sempre exterior, percebendo-se a distribuição e a configuração dos edifícios, dos quais se entra e sai livremente; no presente, do manicómio em que Connie se encontra, são-nos apresentadas apenas duas ou três divisões e o espaço exterior é avistado apenas em fragmentos, através de janelas; da Nova

⁵¹ Embora em Mattapoissett exista cinema holográfico, utilizado para fins simultaneamente lúdicos e pedagógicos, não há menção do chamado *Sense-all*. Este dispositivo imersivo parece estar ligado, no imaginário de Piercy, à vertente mais alienante dos *mass media*, proporcionando experiências sensoriais, totalmente desprovidas de qualidade artística, para consumo individual; pode encontrar-se alguma afinidade entre o *Sense-all* e o *simstim* de Gibson, embora este último seja utilizado para outros fins. Individual é também a televisão holográfica no apartamento de Nova Iorque, em oposição à experiência colectiva do cinema em Mattapoissett.

Iorque alternativa conhecemos apenas uma divisão, e a vista para o exterior é referida como sendo um bem precioso, acessível apenas às camadas mais abastadas da população.

Esta Nova Iorque do futuro é densamente urbanizada. Não se chega a ter uma percepção do todo, mas percebe-se que é uma estrutura de edifícios massivos, com centenas de andares, sendo que as camadas mais pobres da população vivem junto ao chão e nunca vêem o sol. O enquadramento político parece ser capitalista, com corporações multinacionais detentoras do poder, mas os habitantes têm apenas uma noção muito vaga desta estrutura:

Connie asked, “What’s a multi?”

He looked shocked now, serious. “The multi is everything.”⁵²

O tom vago deste esboço de sistema corresponde à imprecisão da imagem urbanística que nos é transmitida pela descrição da criatura que Connie interpela. A criação de um sistema no registo utópico parece estar vinculada ao mapeamento de um espaço, à descrição de todos os órgãos correspondentes às funções desse sistema. Jameson refere que, em termos representacionais, a utopia pode ser teorizada como miniaturização⁵³: a construção de um pequeno universo perfeitamente funcional, numa espécie de acto de modelismo, que aponta para o autor como criador onnipotente, e lhe confere o estatuto de artesão. Nas palavras de Susan Stewart, “The triumph of the model-maker is that he or she has produced the object completely by hand, from the beginning assembly to the ‘finishing touches’.”⁵⁴ De facto, muitos autores de utopias demonstram um gosto particular pelo pormenor, sistematizando o acto descritivo em detrimento da narrativa.

The procedure by which description multiplies in detail is analogous to and mimetic of the process whereby space becomes significance, whereby everything is made to “count”. The depiction of the miniature moves away from hierarchy and narrative in that it is caught in an infinity of descriptive gestures.⁵⁵

Mais do que seguir um fio narrativo, o autor da utopia delimita um espaço, um campo de acção, que é materializado através de uma descrição elaborada, sendo todas as

⁵² Piercy, *op. cit.*, p. 300.

⁵³ Jameson, *op. cit.*, p. 34.

⁵⁴ Susan Stewart, *On Longing: Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection* (Durham: Duke University Press, 1993), p. 58. A autora refere-se especificamente, nesta passagem, aos artesãos ou amadores que produzem miniaturas de veículos de transporte.

⁵⁵ *Idem*, p. 47.

componentes do objecto utópico portadoras de um significado particular. Se a urbanização de um espaço pressupõe sempre alguma imposição ideológica, a utopia tende a substituir o discurso ideológico directo pela criação de um plano urbanístico que o represente e imponha. A miniaturização manifesta-se não só através da riqueza descritiva como da autocontenção do espaço utópico: a controlabilidade total do espaço implica o seu isolamento, pelo que é mais uma manifestação de *closure*.

A tarefa do autor é comparada por Jameson à de um amador que ocupa o seu tempo livre a imaginar possíveis melhoramentos aos sistemas existentes⁵⁶. O prazer implícito nesta actividade opõe-se à carga dramática inerente a uma outra figura autoral: o fundador mítico, a quem é atribuída, no interior do texto, responsabilidade pela concepção da utopia. Nas situações em que a utopia escrita vem a materializar-se, autor e fundador podem confluir, como aconteceu no caso de Fourier⁵⁷. Jameson aponta o paradoxo inerente à figura do fundador, que tem de ter as qualidades necessárias para iniciar o regime e logo de seguida desaparecer, anulando o risco de se transformar num líder totalitário. Jameson cita Rosseau:

“We therefore find combined in the work of legislation two things which seem incompatible: an enterprise far above human powers and, in order to execute it, an authority which is reduced to nothing.”⁵⁸

O papel do fundador mítico na utopia é explorado de forma incomparável em *The Dispossessed*, de Ursula Le Guin. Ao longo da narrativa é-nos desvendada Odo, fundadora do Odonianismo, a filosofia anarquista subscrita pelos habitantes da colónia utópica lunar de Anarres. Apesar de ter morrido muito antes da fundação da colónia Odoniana, esta figura não deixa, no entanto, de estar presente em todos os momentos da vida nesta utopia, pois as suas palavras são constantemente citadas, utilizadas como argumento ou deturpadas ao serviço de interesses pessoais. Os escritos de Odo desempenham, em Anarres, uma função semelhante à da Bíblia no mundo cristão, salvaguardadas as diferenças entre os

⁵⁶ Jameson, *op. cit.*, p. 35. Poderia estabelecer-se uma relação entre esta prática e o amadorismo que Gernsback preconiza nas suas publicações e que leva muitos jovens a tornarem-se, eles próprios, escritores de ficção científica.

⁵⁷ Pode argumentar-se que, no caso de Fourier, a utopia foi escrita já com a intenção de ser realizada, facto que inviabiliza a existência de um fundador que não seja o próprio autor. Aliás, não se verifica em Fourier, como na maioria das utopias literárias, o enquadramento especulativo da viagem imaginária, produtor de distanciamento entre a utopia e a realidade.

⁵⁸ Jameson, *op. cit.*, p. 86.

respectivos regimes: não havendo estado ou clero em Anarres, cabe a toda a população a tarefa de ler, citar e comentar as ideias de Odo.

A crítica implícita à figura do fundador mítico em *Le Guin* está no paradoxo da educação para o anarquismo, na dificuldade de ensinar autonomia de pensamento através de um texto canónico, como é constatado por uma das personagens:

“We don’t educate for freedom. Education, the most important activity of the social organism, has got rigid, moralistic, authoritarian. Kids learn to parrot Odo’s words as if they were *laws* – the ultimate blasphemy!”⁵⁹

De facto, o carisma de Odo e a eloquência das suas palavras acabam por contribuir para a generalização de um espírito de passividade e obediência que ela própria procurava combater através dos seus escritos. Por outro lado, o facto de Odo não ter participado na migração para Anarres, impossibilitando a sua transformação numa figura estalinesca⁶⁰, contribui para a criação de uma barreira incontornável entre ela e a sua sociedade ideal.

For the first time in his life he comprehended that Odo, whose face he had known since his infancy, whose ideas were central and abiding in his mind and the mind of everyone he knew, that Odo had never set foot on Anarres: that she had lived, and died, and was buried, in the shadow of green-leaved trees, in unimaginable cities, among people speaking unknown languages, on another world. Odo was an alien: an exile.⁶¹

A colonização de Anarres foi um acto de contenção, uma tentativa do regime capitalista de Urras de impedir que as ideias de Odo contaminassem a sua sociedade. As condições de vida em Anarres estão muito longe da abundância “excremental” de Urras, onde Odo concebeu a sua filosofia: este facto, que poderia ameaçar o sucesso da experiência anarquista, também pode ser visto como sua condição de possibilidade, se for encarado como uma quebra essencial para viabilizar a diferença radical de uma utopia em relação ao regime que a antecede.⁶²

⁵⁹ *Le Guin, op. cit.*, p. 140. Itálico no original.

⁶⁰ Jameson, *op. cit.*, p. 86. Neste caso, o paternalismo estalinesco evocado por Jameson talvez não se aplicasse; como se vem a descobrir, num conto posterior de *Le Guin* que relata o último dia da vida de Odo, esta tinha uma visão bastante crítica de si própria como figura fundadora. O conto em questão é «The Day Before the Revolution», in *The Wind's Twelve Quarters* (Nova Iorque: HarperCollins, 2004), pp. 285-303.

⁶¹ *Le Guin, The Dispossessed.*, p. 86.

⁶² Jameson, pp. 85-86. A quebra mais importante a observar aqui talvez não seja entre as condições físicas dos dois planetas mas antes na estrutura conceptual do próprio pensamento utópico em relação aos seus

A radicalidade da quebra torna a utopia impossível de imaginar, sendo que esta é sempre concebida durante o regime anterior, ou seja, num contexto forçosamente diferente do da sua concretização. Em *The Dispossessed*, foi um acaso que determinou a transição para a utopia: um planeta que ficou disponível para ser colonizado. Jameson crê que é a própria inacessibilidade da utopia que lhe confere alguma agência nos dias que correm, obrigando o leitor a reflectir sobre o processo de quebra necessário para atingir esse estado outro⁶³. O autor conclui o seu raciocínio apresentando a necessidade de desenvolver um medo de perder a utopia que pode estar no futuro, e, citando *Woman on the Edge of Time*.

“Are you really in danger?”

“Yes.” His big head nodded in cordial agreement. “You may fail us.”

“Me? How?”

“You of your time. You individually may fail to understand us or to struggle in your own life and time. You of your time may fail to struggle altogether... We must fight to exist, to remain in existence, to be the future that happens. That’s why we reached you.”⁶⁴

De facto, a utopia de Mattapoisett não se apresenta como um futuro garantido mas como uma possibilidade, a concretização da qual depende da vontade e do empenho das pessoas do presente. A ênfase é aqui colocada no processo de transição, e na necessidade de uma mobilização geral – “You of your time” – para a colocação do processo em marcha. Pondo em evidência a importância do processo de transição, esta utopia parece tentar subtrair-se, de certa forma, à regra da inacessibilidade de Jameson. O fechamento deste sistema sobre si mesmo não é possível, pois a sua concretização está sempre dependente de agentes exteriores, e a condição do isolamento é permanentemente posta em causa pela guerra contra um inimigo que presumivelmente acarreta uma opção distópica. Este movimento de abertura da utopia gera uma outra consequência: o papel do fundador mítico é disperso e deixado ao cuidado de quaisquer agentes do presente que queiram assumir a responsabilidade inerente. Deste modo, o acto de fundação é descentralizado e desmitificado.

anteriores: com efeito, a abundância e fertilidade de Urras poderiam ser utópicas, mas a forma social que gere esta situação não o é; em contrapartida, Anarres representa a escolha da rectidão moral em detrimento da vida fácil. Não será por acaso que o subtítulo de *The Dispossessed* é *An Ambiguous Utopia*: o diálogo entre os aspectos utópicos e distópicos de cada regime tem implícita a impraticabilidade da utopia no sentido estrito. Cf. Raymond Williams, «Utopia and Science Fiction», *Science Fiction Studies*, #16, volume 5, part 3, Novembro 1978.

⁶³ Jameson, pp. 231-233.

⁶⁴ Jameson, p. 233.

Apoiando esta conclusão, a história relatada da concepção desta utopia é genérica e imprecisa: terá havido uma guerra, seguida de uma revolução, e foi o esforço colectivo dos mais desfavorecidos que levou à mudança de regime.

“You lose until you win – that’s a saying those who changed our world left us.
Poor people *did* get together.”⁶⁵

O protagonismo inerente à figura do líder é, aliás, desencorajado pelo enquadramento ideológico da própria utopia:

“it isn’t bad to want to help, to want to work, to seize history, (...) But to want to do it alone is less good. To hand history to someone like a cake you baked.”⁶⁶

A moral subjacente indica que a história, e o futuro, não podem ser decididos por uma pessoa apenas e entregues, de mão beijada, às restantes. Um apelo à dissolução da marca autoral da utopia por entre o esforço colectivo estrutura esta obra: este aspecto é aparente não só pela ausência da figura forte de um fundador como pelo constante debate, dentro e fora das assembleias de representantes, sobre os tópicos de maior ou menor importância. A participação de todos os habitantes na tomada de decisões é uma questão central em *Woman on the Edge of Time*. Os cargos de supervisão e gestão não existem: em cada área de trabalho, as tarefas mais e menos interessantes são distribuídas equitativamente. A especialização numa área à exclusão de todas as restantes é algo totalmente estranho a este regime, em que a maioria dos cidadãos, embora tendo uma área profissional de preferência, se dedicam em simultâneo a outras ocupações mais ou menos criativas.

Como comparar a democracia descentralizada e desprovida de fundador que Piercy retrata com a anarquia odoniana de Le Guin? A forma solta como as crianças são educadas em Piercy é diferente da estrutura académica que encontramos em Anarres – e que, aliás, tem os vícios e os jogos de poder típicos da academia um pouco por todo o lado. Se Anarres é distópica, é pela uniformização que é imposta pela sociedade a si mesma, resultado talvez da assimilação excessiva das teorias de Odo. De facto, as diferenças entre Mattapoisett e Anarres podem ser pensadas no contexto da oposição entre o conhecimento empírico e o livresco.

⁶⁵ Piercy, p. 154.

⁶⁶ Piercy, p. 197.

No entanto, existe um ponto de semelhança forte entre estas duas utopias, fruto talvez da sua proximidade temporal à teorização do feminismo nos anos 70: a importância do uso da linguagem para o pensamento e comportamento. Piercy reflecte as preocupações feministas ao eliminar da língua utilizada pelos habitantes de Mattapoisett as distinções de género nos pronomes pessoais, pelo que *he* e *she* são substituídos por *person*. Esta ausência de distinção impõe a igualdade, conferindo uma espécie de invisibilidade à pessoa de que se fala: é de facto indiferente se se trata de homem ou mulher. A presença física poderia sinalizar a diferença, mas, sem códigos de vestuário rígidos, é fácil confundir os sexos, como aliás acontece no início à visitante Connie.

The Dispossessed relata uma mudança mais drástica, um corte radical com a civilização de origem. Com efeito, os Odonianos estreiam o seu novo planeta em simultâneo com uma nova língua, criada de raiz para reflectir os ideais e as atitudes anarquistas. Uma das particularidades desta língua é a não utilização de pronomes possessivos no singular⁶⁷; de igual modo, os insultos existentes (são escassos) não se referem a actos corporais mas a questões de posse: *profiteer* ou *propertarian* são os mais comumente utilizados. Há palavras que simplesmente não existem, ou têm significados alterados:

Most Defence work was so boring that it was not called work in Pravic, which used the same word for work and play, but *kleggich*, drudgery.⁶⁸

A utilização da mesma palavra para designar actividades laborais e lúdicas faz desaparecer qualquer possibilidade de oposição entre as duas; altera-se assim todo o modo de pensar o trabalho. A linguagem, em Anarres como em Mattapoisett, tem uma função condicionante semelhante à do urbanismo: estrutura e torna exequível a ideologia subjacente. Neste sentido, o papel da linguagem nestas utopias é semelhante a um código de programação: em vez de uma proibição de determinadas formas de pensar, a possibilidade de estas ocorrerem é anulada através da manipulação das ferramentas do pensamento. O espaço outro da utopia, assumindo funções de laboratório, é necessariamente um espaço programável.

Um outro aspecto em comum entre estas duas utopias é a ausência de fechamento, situação que decorre da postura crítica que ambas adoptam face ao formato utópico tradicional e que se manifesta na visibilidade do processo de transição para a utopia, assim como na dinâmica da sua construção permanente. Partindo do exemplo de *The Dispossessed*,

⁶⁷ Le Guin, pp. 50-51.

⁶⁸ Le Guin, p. 79.

Raymond Williams identifica estas características como próprias da renovação do pensamento utópico a partir de finais dos anos 60, com a chamada “utopia aberta”:

For this, again of its period, is an open utopia: forced open, after the congealing of ideals, the degeneration of mutuality into conservatism; shifted, deliberately, from its achieved harmonious condition, the stasis in which the classical utopian mode culminates, to restless, open, risk-taking experiment. It is a significant and welcome adaptation, depriving utopia of its classical end of struggle, its image of perpetual harmony and rest.⁶⁹

Verifica-se, então, que a aplicabilidade de *closure* às utopias desta altura é relativa; tanto Piercy como Le Guin, ao descreverem o processo de construção da utopia, estabelecem uma continuidade entre esta e o regime antecedente. Em termos conceptuais, a dinâmica experimental destas utopias afasta-as da miniaturização que torna o espaço controlável, conferindo-lhes elementos de imprevisibilidade. Esta situação reflecte-se na forma como a figura do fundador mítico, bastião do controlo e da estabilidade, é criticada, ainda que de modo bastante diferente, em cada uma das obras. Podemos, conseqüentemente, ensaiar uma resposta para a primeira metade da questão acima colocada: existem, de facto, utopias que não obedecem a um fechamento total e poder-se-ia até especular sobre uma tendência evolutiva da utopia neste sentido⁷⁰. No capítulo seguinte procuraremos determinar se há uma continuidade desta tendência no ciberespaço e veremos se este pode ser equacionado em termos de *closure*.

⁶⁹ Williams, *op. cit.*

⁷⁰ Williams refere William Morris como o primeiro utopista a dar relevo ao processo de transição para a utopia; se este se considerar um factor de importância na determinação do grau de *closure*, a tendência para a abertura da utopia começará com *News from Nowhere*. Cf. Williams, *op. cit.* Poder-se-ia também ligar a visibilidade do processo de transição à mudança na localização da utopia, do além-fronteiras para o aqui, mas não agora, sendo que essa mudança, transferindo a utopia para o futuro do território conhecido, conceptualiza “a desirable and perhaps realizable terminus for actual history” (Alkon, pp. 60-61). A possibilidade de existência de um processo de transição para a utopia depende desta deslocação.

CAPÍTULO III

O ciberespaço: da ficção para o mundo real. Alguns problemas levantados pelo manifesto de Blankenship; o discurso de Barlow como paradigma de radicalidade utópica. Ciberespaço como ferramenta.

O ciberespaço começou a ser pensado sob a influência das perspectivas ficcionais do *cyberpunk*. A antologia *Cyberspace: First Steps*, referência fundamental na teorização inicial do conceito, contém textos que apontam claramente essa orientação, incluindo um do próprio William Gibson.

O ciberespaço será “a common mental geography, built, in turn, by consensus and revolution, canon and experiment”⁷¹. Michael Benedikt procura sugerir regras de comportamento do espaço que definam e se adequem às suas funções, à semelhança das leis da física no espaço real, sendo que estas “leis”, necessariamente criadas pelo homem, terão uma elasticidade maior. A premissa fundamental desta arquitectura é a visualidade: o seu processo evolutivo resultará necessariamente num espaço virtualmente navegável, com várias características que imitam as do mundo real. Benedikt enfatiza a questão da deslocação de um ponto para outro, que não deverá ser instantânea (o acesso a um servidor distante nunca é, desde logo, instantâneo) mas dar expressão visual ao acto de atravessar o espaço e o tempo⁷². A presença humana neste ciberespaço deve fazer-se notar, ainda que de forma anónima e simbólica:

A small blue sphere, say, for each person in cyberspace, indicating only his position, movement, and most simply and importantly, his presence (...)⁷³

Personae, of course, need not have immediate, complete presence in cyberspace. That is to say, our “blue spheres”, now strangely active, like tiny crystals or miniature flags, might unfurl, upon inquiry, into diaphanous images of beauty or power, straight from the pages of fantasy books... or they might not.⁷⁴

⁷¹ Michael Benedikt, «Introduction», in *Cyberspace: First Steps* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991), p. 2.

⁷² Michael Benedikt, «Cyberspace: Some Proposals», in *Cyberspace: First Steps* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991), pp. 168-172.

⁷³ *Idem*, p. 178.

⁷⁴ *Idem*, p. 179.

Esta visibilidade mínima obrigatória permite o anonimato, mas, mais cedo ou mais tarde, o desvendar de uma imagem, de um avatar, obrigará a assumir algum tipo de identidade rotulável. A rotulabilidade é tida como desejável, facultando a possibilidade de escolher que tipo de pessoas desejamos ver num dado momento, e de ocultar selectivamente as que forem consideradas sem interesse com base na informação disponibilizada pela sua presença.

Benedikt crê que, apesar de a tecnologia necessária à criação e popularização de um ciberespaço em regime de realidade virtual se encontrar ainda num futuro distante, as tecnologias de comunicação actuais convergem nesse sentido, pelo que não é prematuro pensar nas características que esse espaço assumirá.

What begins as cyberspace in the mind, as carefully constructed as a good novel (but now interactive and encyclopedic), steadily transforms itself into the world that the novel *pictures*, cyberspace itself.⁷⁵

A analogia é feita com a transição de um ciberespaço textual e simbólico para um tridimensionalmente visualizável, mas, de facto, o passo inicial para o ciberespaço foi dado pelos escritores de ficção científica que conceptualizaram mundos virtuais; o desenvolvimento de tecnologias de comunicação em rede apenas adopta em parte esta imagética ficcional. Benedikt, porém, localiza a origem da ideia de ciberespaço muito antes do *cyberpunk*, no sonho imemorial de transcender o espaço físico e conquistar o além, mantendo, contudo, a possibilidade de regresso⁷⁶. A inevitabilidade do ciberespaço visual e geograficamente navegável é, então, atribuída a uma dupla causa: a vontade de transcendência do mundo físico desde sempre manifestada pelo ser humano, aliada à confluência de várias tecnologias, sendo que a tendência destas para a evolução constante é dada como o principal meio para a obtenção dessa ambição ciberespacial, numa argumentação que adopta uma postura algo determinista: a evolução da tecnologia levará à concretização do sonho.

Pouco depois de ter sido inventado o termo ciberespaço, o jovem Lloyd Blankenship escreve o manifesto *The Conscience of a Hacker*, no qual justifica a sua prática enquanto *hacker* através de uma crítica ao seu meio envolvente, principalmente a um

⁷⁵ *Idem*, p. 192.

⁷⁶ *Idem*, p. 131.

sistema de ensino que provoca a alienação dos jovens mais inteligentes através de uma nivelção pela mediocridade.

Como já foi referido acima, transparecem neste texto certas características espaciais do meio de comunicação ao qual Blankenship, contudo, ainda não se refere como ciberespaço. Este meio de comunicação é exclusivamente textual; como também já foi aqui referido, esta característica confere ao ciberespaço uma não visualidade que facilita a abertura nos contactos interpessoais, anulando a possibilidade de discriminação em função de cor, género ou aspecto físico.

Pode ser frutífero estabelecer aqui uma comparação com o ciberespaço idealizado por Benedikt: ainda que, neste, o aspecto real de uma pessoa possa permanecer oculto, se numa situação de conversação se tornar prática comum mostrar a cara (por meio de vídeo) ou o avatar tridimensional, alguém que não o faça poderá incorrer em desconfiança. Nesta situação, o aspecto físico, mesmo que seja o de um avatar (entendendo-se que este não corresponde necessariamente ao aspecto físico real da pessoa), será utilizado para fins de identificação e categorização. Assim sendo, já não será possível existir *sem* cor de pele ou género; poder-se-á, na melhor das hipóteses, existir com uma cor de pele e um género diferentes do real.

Aqui está a diferença fundamental entre a visualidade e a não visualidade: num sistema visual, os utilizadores tenderão a adoptar os mesmos princípios orientadores a que se habituaram no mundo real, enquanto num ciberespaço não visual a estrutura permite e encoraja a criação de novos hábitos. A possibilidade de se ser invisível sem se ser suspeito é defendida por Blankenship e, não obstante o interesse específico que este teria pela invisibilidade dada a sua actividade enquanto *hacker*, o seu manifesto lê-se como uma celebração do modelo de comunicação em rede dos BBS pelas suas qualidades intrínsecas, e não como uma fase inicial de um percurso que levará a um outro modelo de ciberespaço. De facto, as limitações impostas à visualidade pela velocidade de transmissão de dados numa fase inicial da comunicação em rede assemelham-se, de certo modo, à formatação do pensamento através da linguagem nas utopias de Le Guin e Piercy, com implicações para a problemática da identidade análogas às desenvolvidas por esta última.

A questão da identidade é talvez a menos desenvolvida das dimensões utópicas de um manifesto que é essencialmente uma crítica, com uma declaração de guerra implícita, ao sistema de educação e às companhias de telefone. O tema da educação é um dos que perpassam a literatura utópica desde o seu início: já vimos acima a abordagem de Marge Piercy, que vem na senda de Fourier. A passividade inculcada pela uniformização, em

particular, é criticada por William Morris e Ursula Le Guin. Não seria difícil ver-se um eco, no jovem Blankenship censurado pela professora por não mostrar os cálculos (tendo feito as contas de cabeça), de um jovem Shevek, mandado calar pelo professor por se mostrar demasiado interessado em certos problemas de matemática, que não seriam apropriados para a sua idade⁷⁷. Blankenship gostaria de ter aprendido matemática mais avançada do que aquela que lhe foi administrada nas *child-farms* (para adaptar uma expressão de William Morris – *boy-farms* – pois, na actualidade, teria de incluir ambos os sexos) pelas quais passou. A “carne” que lhe foi negada pertence ao mundo dos adultos, cujo acesso é negado às crianças no actual sistema de ensino. Para explorar este mundo, Blankenship viu-se obrigado a utilizar o computador, por intermédio do qual a sua idade não seria conhecida, pelo que ninguém procuraria limitar os conhecimentos que ele se sentisse inclinado a adquirir.

Por outro lado, a repetição constante da frase “they’re all alike”, ao longo do texto, não é apenas uma crítica à mentalidade uniformizadora dos professores como também uma manifestação de comunidade. Blankenship conclui dizendo que eles, *hackers*, não podem ser vencidos, dado que “... after all, we’re all alike”. Uma comunidade de jovens com interesses semelhantes, alienados de forma semelhante em relação ao ensino, com curiosidade e gosto pela programação de computadores: os *hackers* podiam ser sucessores da comunidade de fãs de ficção científica que se agrupou em torno da *Amazing*, a vertente de trabalho amador implícita na sua prática seria certamente aprovada por um Hugo Gernsback. Ironicamente, a comunidade de *hackers* nesta altura também (ainda?) consistia maioritariamente em jovens americanos, brancos, do sexo masculino, pelo que se poderá talvez concluir, com Brecht, que o potencial emancipatório da tecnologia não será muito útil enquanto não for acompanhado de uma mudança de mentalidades.

O manifesto escrito por John Perry Barlow contém a formulação mais radical das possibilidades utópicas do ciberespaço: com efeito, mais do que um simples manifesto, trata-se da *Declaration of the Independence of Cyberspace*. Uma das suas premissas fundamentais é a independência do ciberespaço em relação ao espaço real:

Cyberspace consists of transactions, relationships, and thought itself, arrayed like a standing wave in the web of our communications. Ours is a world that is both everywhere and nowhere, but it is not where bodies live.⁷⁸

⁷⁷ Le Guin, *op. cit.*, pp. 27-28.

⁷⁸ Barlow, *op. cit.*, p. 28.

O objectivo inicial da declaração, que data de 1996, é o de protestar contra uma tentativa do governo americano de censura às comunicações via Internet. O manifesto é, como seria de esperar, anti-censura e anti-governo, mas Barlow procura legitimar o seu ponto de vista de uma forma bastante curiosa: defendendo a especificidade do ciberespaço como um espaço independente do “mundo real” e invocando, conseqüentemente, a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América como precedente.

Barlow define o ciberespaço como sendo o novo espaço de habitação da “Mente”, falando “with no greater authority than that with which liberty itself always speaks” – e invocando de passagem aquela personificação tão americana da liberdade – em nome de um “futuro” não especificado e de uma “comunidade” que se pretende inclusiva: é enfatizado que não há lugar nela para censura ou discriminação em função de raça ou classe social. A sua construção exclui peremptoriamente qualquer função governativa; o ciberespaço será então um espaço independente, autónomo em relação a todos os países “reais”. Esta proposta de autonomia parece fundamentar-se precisamente na sua não existência geográfica: é porque este espaço se encontra “ nenhures” que se declara a sua independência de governos “terrenos”.

Aqui levanta-se uma questão curiosa: poderá um espaço sem existência geográfica ser independente dos governos geograficamente localizados? Poderá existir o conceito de independência divorciado de um espaço? Barlow parece crer que o ciberespaço é palpável o suficiente para ser de algum modo autónomo, não detalhando porém em que consiste exactamente essa autonomia. Poder-se-ão estabelecer fronteiras entre o ciberespaço e a Terra? Que tipo de relações de poder existirão entre o governo do ciberespaço e os governos que, por exemplo, fornecem electricidade aos seus servidores? A subsistência dos habitantes do ciberespaço tem de ser garantida, assim como a existência física destes mesmos habitantes necessita de geografia para se desenvolver.

Barlow não pretenderia, decerto, que os cibernautas se divorciassem dos seus corpos e habitassem o ciberespaço a tempo inteiro, como se de uma nação independente se tratasse. O objectivo desta declaração parece, antes, ser a tentativa de definição do ciberespaço como um enclave que possibilite uma experiência utópica, experiência esta que, embora não envolva uma materialização, não poderá ser apenas especulativa, visto que o ciberespaço não é um espaço isolado do mundo real mas imbricado neste, e as acções levadas a cabo no primeiro têm conseqüências inevitáveis no segundo.

O impulso separatista que permeia a *Declaration* desvia a atenção de uma interrogação fundamental: quem criou este ciberespaço que Barlow aqui representa? A questão é habilmente contornada através de uma tentativa de naturalização da existência deste espaço. Logo no segundo parágrafo, encontra-se a seguinte afirmação: “I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us.” Há aqui uma circunscrição algo vaga – um espaço social global que “nós” estamos a construir (sendo que nunca se chega a definir quem é abrangido por “nós”) – e o espaço desta forma delimitado é considerado “naturalmente” independente de tiranias. O que se pretende com a aplicação desta expressão a um espaço construído, cujas características decerto terão sido planeadas pelos construtores?

Aimée Hope Morrison tece uma crítica ao texto de Barlow, analisando o seu uso de técnicas literárias na construção de conteúdos políticos, assim como as consequências desta acção:

The declaration hopes to found a new ‘civilization of the Mind in cyberspace’ that will ‘be more humane and fair than the world your governments have made before’. However, the ways in which it establishes and resolves narrative conflict – through the use of literary techniques such as metaphor, allusion, and direct address – instead promote an ‘impossible future’ that is blind both to the history of its underlying technologies and to the politics on which it claims to base itself.⁷⁹

O uso destas técnicas tem como objectivo tecer uma narrativa que intervenha no real, de forma performativa, como é próprio do formato do manifesto.

In that the declaration claims to articulate a new and radical politics, it is essentially a performative document.⁸⁰

Se um manifesto é um documento que procura definir ou clarificar os contornos de determinada questão, tem necessariamente uma componente performativa na medida em que serve para produzir o seu próprio ponto de vista. Barlow declara que o ciberespaço será, doravante, independente do governo americano, e a oposição ao governo aqui exposta ganha mais força na medida que o papel fundamental deste na criação das infra-estruturas

⁷⁹ Aimée Hope Morrison, «An impossible future: John Perry Barlow’s ‘Declaration of the Independence of Cyberspace’» in *New Media Society* 2009; 11; 53, <http://nms.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/1-2/53>, 06-04-2009, p. 58.

⁸⁰ *Idem*, p. 55.

de suporte do ciberespaço não é mencionado. A elisão deste facto da construção narrativa é concretizada através da utilização extensiva do termo “natural”.

“Naturalmente” remete para algo que já lá está, independentemente da vontade dos seus construtores, e para uma inevitabilidade da característica em questão. Contudo, é o próprio Barlow quem “declara” o espaço “naturalmente independente”, misturando o que se tenta fazer passar por uma característica intrínseca ao espaço com a sua determinação pessoal e deixando em evidência, deste modo, o artifício da manobra. O termo “natural” é utilizado para fundamentar o que o autor considera correcto; neste caso, como se pode ler mais à frente, o regime ciberespacial demonstra-se avesso a um planeamento governamental:

“Cyberspace does not lie within your borders. Do not think that you can build it, as though it were a public construction project. You cannot. It is an act of nature and it grows itself through our collective actions.”⁸¹

Desta forma, a performatividade do acto de declarar independência não é plenamente assumida, ou assume contornos mais obscuros: Barlow procura declarar uma pré-existência da situação que, performativamente, se concretiza apenas através da própria declaração, ou seja, procura conferir ao seu acto um efeito retroactivo que irá obscurecer as verdadeiras dimensões da sua agência.

A naturalização do ciberespaço evade a questão da sua construção, pois a admissão da autoria governamental e militar desta estrutura dificilmente conviveria com os ideais liberais da declaração. Percebe-se então por que é que o “nós” que permeia o texto é deixado sempre em aberto: é um “nós” que, referindo-se aos criadores do ciberespaço, inevitavelmente teria de incluir o governo ao qual se opõe o manifesto. Esta tensão não resolvida no texto de Barlow será talvez a maior responsável pela sua tentativa de emancipação do ciberespaço em relação ao espaço “real”, através da afirmação de uma tangibilidade que possa suportar a ideia de independência, legitimando assim a “conquista” do espaço e retirando o poder aos seus construtores.

O movimento que aqui se verifica é no sentido de transmitir uma diferença essencial do ciberespaço em relação ao mundo real, de afirmá-lo como um “espaço outro”, e em simultâneo procurar conferir-lhe a substancialidade necessária para se opor aos governos reais. Na tentativa de forçar uma quebra com o governo, a declaração articula

⁸¹ Barlow, *op. cit.*, p. 28.

performativamente um novo espaço. Esta articulação é parcialmente conseguida através de uma nomeação: “Ciberespaço” surge, ao longo do manifesto, sempre com letra maiúscula, pois trata-se de um nome próprio. É o mesmo nome que foi conferido por Gibson ao seu espaço ficcional de armazenamento de dados, aqui apropriado por Barlow para nomear o espaço de armazenamento de dados no mundo real. Como já foi referido acima, as semelhanças entre o espaço virtual de Gibson e o espaço textual real ficam-se por aqui; há apenas um nome próprio que descreve um movimento da ficção para a realidade.

Pode comparar-se este movimento a um outro que já aqui foi mencionado: o percurso evolutivo do termo “utopia”, de nome próprio para nome comum, no decorrer do qual este adquire um significado para além do mero apontar de dedo. Com efeito, “utopia” torna-se nome comum a partir do momento que o espaço especulativo que o nome inicialmente designava se alarga a uma tipologia de espaço (ficcional), passando “utopia” a caracterizar todas as instâncias que se enquadram nesta. Num movimento inverso a este, “Ciberespaço” não deixa de ser nome próprio, mas passa do plano da ficção para o real; os dois espaços designados por este nome partilham poucas características, mas talvez não seja esta a razão pela qual o termo não passou a ser nome comum. Com efeito, uma vez no mundo real, há apenas um “ciberespaço”: este pode ser compósito, difuso, mas não permite que o termo assuma um plural.

Em 1996, a Internet já era conhecida como “ciberespaço”, mas Barlow insiste em utilizar a maiúscula inicial, enfatizando o carácter de nome próprio do termo. Se nomear algo é um acto de posse⁸², pode ser esta uma razão para a insistência: como “Ciberespaço”, a rede de transmissão e armazenamento de informação ganha uma nova existência, afastando-se do governo. O espaço é, por assim dizer, recriado:

Barlow's declaration participates in a kind of rhetorical bootstrapping, in that its assertions of a particular reality constitute one of the acts that generate that reality. It is an ontological statement. Writing somewhat grandly in the third person on his own website, Barlow claims that 'in 1990, he first applied William Gibson's science fiction term cyberspace to the already-existing global electronic social space now generally referred to by that name'. Further, the site suggests that 'until his naming it, it had not been considered any sort of place'. Whether Barlow's act of christening can be verified or not, this claim reminds us that what we have come to know as 'cyberspace' is not self-evident: it must be narrated.⁸³

⁸² Marin, *op. cit.*, p. 94.

⁸³ Morrison, *op. cit.*, p. 56.

Que espaço é este, então, que Barlow nomeia e, nomeando, materializa? Embora o termo não seja lá utilizado, a sua declaração pode ser proveitosamente lida à luz da ambiguidade entre *outopia* e *eutopia*, dada a importância que tem neste contexto a não-vinculação do ciberespaço a uma localização geográfica. Quando Barlow se refere ao ciberespaço como um “espaço social global” que consiste em “transactions, relationships, and thought itself”, um espaço constituído por uma rede de comunicações, simultaneamente “both everywhere and nowhere”, refere-se a uma espécie de “lugar nenhum”, um lugar cuja existência não é material. Uma das características principais deste espaço é o ser constituído por informação, por texto: Barlow define-o como “the new home of the mind”.

Para a argumentação de Barlow, o facto de o ciberespaço não ter localização geográfica é essencial, constituindo uma justificação para a impotência legislativa da parte dos governos terrestres. No entanto, e não obstante o facto de se tratar de um espaço construído, o autor procura conferir uma certa inevitabilidade à situação, referindo-se ao ciberespaço como “an act of nature”. Barlow naturaliza assim o seu projecto de construção colectiva num modelo *laissez-faire*, dando a entender que esta é a única opção viável para um espaço aparentemente desligado da geografia terrestre, e assumindo que este processo terá um resultado positivo: entrevê-se um mundo de total liberdade de expressão, acessível a todos, sem discriminação. Desta forma, sem referência ao termo “utopia”, confluem no entanto os seus significados: é pela característica de se localizar “ nenhures” que o ciberespaço é “ideal” para a construção de um novo projecto de sociedade.

Barlow nunca explicita o seu projecto, à excepção de assumir que este não implicará uma formação governamental. A responsabilidade pela criação do “novo contrato social” é atribuída a um colectivo de expressão indeterminada; o seu impreciso “nós” aparentemente delimita um conjunto de pessoas que, como ele, pretendem criar uma sociedade alternativa *online*. Tal como no enredo de muitas utopias literárias, esta situação pressupõe um grupo que se separa do resto da humanidade e procura construir uma existência diferente. Verifica-se, contudo, uma diferença importante: os autores das utopias tradicionalmente definem um conjunto rígido de regras de actuação e princípios sociais próprios, enquanto Barlow não pretende impor uma estrutura utópica rígida. Esta descentralização da responsabilidade aparentemente rejeita a figura de um fundador mítico: a sociedade ciberespacial está em construção, e supõe-se que o “novo contrato social” surgirá de forma natural, pelas mãos de vários autores anónimos, segundo dite a conveniência. Não haverá,

então, um desenho, um *blueprint* da nova ordem, pelo qual os habitantes se possam guiar na sua construção. No entanto, Barlow parece querer assumir, pelo menos parcialmente, o manto de fundador: o acto de nomeação torna-se um acto de criação de um espaço, mas, uma vez criado, o espaço age como se tivesse existido desde sempre, de acordo com o que lhe é “natural”. Aqui levanta-se mais um problema que não é resolvido no manifesto: se as características naturais ao ciberespaço preexistem à sua nomeação, esta é desprovida de efeito; se o acto de nomear imprime características novas, estas não poderão ser tidas como naturais.

A existência legítima e independente do ciberespaço, a sua estrutura em rede e a sua divergência radical do espaço físico afiguram-no como ideal, não para a imposição vertical de ideias, mas para a agregação progressiva de uma sociedade utópica. O espaço “mental” que é o ciberespaço parece afastar “naturalmente” qualquer hierarquia de poder. Ao mesmo tempo que o seu potencial para a comunicação fomenta a troca de ideias, a sua imaterialidade torna inaplicáveis as leis que têm efeito no mundo físico. A ausência de corpos permite a ausência de discriminação em função da raça, idade, posição social, assim como a impossibilidade de punição física, o que facilita a liberdade de expressão.

Se o ciberespaço puder ser uma utopia, sê-lo-á, então, precisamente pela sua inexistência física. O “lugar nenhum” não é apenas uma (não) situação geográfica, mas refere-se à própria qualidade do espaço, às suas características. A utopia é um “lugar nenhum” porque o seu espaço, que nos é dado na visão clara de uma totalidade, é conceptual, mental e não real.

Barlow não deseja que o ciberespaço seja urbanizado e regulado pelos governos existentes, mas crê que os “habitantes” formarão eventualmente o seu próprio “contrato social”. Estabelecendo a analogia do governo com uma potência colonizadora, a sua declaração inspira-se na declaração de independência dos Estados Unidos, escrita por Thomas Jefferson. A confluência do discurso de Barlow com a ideologia pastoral de Jefferson é criticada por Richard Barbrook, no texto “HyperMedia Freedom”, como um momento de crise ideológica:

[Barlow's Declaration] is a symptom of the intense ideological crisis now facing the advocates of free-market libertarianism within the *online* community. At the very moment that cyberspace is about to become opened up to the general public, the

individual freedom that they prized in the Net seems about to be legislated out of existence with little or no political opposition.⁸⁴

A tentativa de provocar uma ruptura entre o ciberespaço que Barlow “habita” e o governo americano é tanto mais urgente quanto os princípios de fundo de ambos são idênticos; esta é mais uma manifestação da presença governamental indesejada que ensombra a *Declaration*. O paralelo constante com a independência da América pode, neste aspecto, ser esclarecedor. Nesta reencenação do nascimento da democracia jeffersoniana, o governo americano assume o papel de rei de Inglaterra e a comunidade de Barlow o de colonos americanos. O facto de os colonos serem, inicialmente, cidadãos do país que iniciou o processo de colonização reforça, de acordo com a analogia, o cordão umbilical ideológico que os liga ao seu rei. No entanto, no penúltimo parágrafo da *Declaration*, Barlow faz a seguinte afirmação:

These increasingly hostile and colonial measures place us in the same position as those previous lovers of freedom and self-determination who had to reject the authorities of distant, uninformed powers.⁸⁵

Está aqui implícita a contradição presente na situação dos colonos americanos: tendo, eles próprios, colonizado o território com o apoio do seu país de origem, não querem já ser “colonizados” e passam a reivindicar a sua autonomia. A situação em que Barlow se coloca é, realmente, uma quase repetição da história da independência americana, mas o aspecto em que difere desta é crucial: o rei inglês encontrava-se separado da América por um oceano, pelo que estaria fora de contacto com as necessidades e preocupações dos seus colonos. Esta distância impedia-o de legislar eficazmente. O ciberespaço, na altura que Barlow escreve, mal saíra de debaixo das saias do financiamento governamental. Neste contexto, a insistência de Barlow na diferença absoluta entre o ciberespaço e o mundo real pode ler-se como uma tentativa de recriar artificialmente a barreira do Atlântico, possibilitando desta forma a conclusão vitoriosa da sua encenação histórica.

O modelo de colonização do ciberespaço que Barlow apresenta é o mesmo que já fora vivido, séculos antes, na época formativa do governo americano. Paralelamente, este ímpeto surge em continuidade com a genealogia estabelecida pela literatura utópica e de

⁸⁴ Richard Barbrook, «HyperMedia Freedom», in *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001), p. 50.

⁸⁵ Barlow, *op. cit.*, p. 30.

ficção científica na sua relação, já referida acima, com um espírito colonialista e imperialista. Porém, no momento em que, de acordo com esta genealogia, se chega ao ciberespaço, verifica-se que a utopia, seguindo o movimento do próprio termo “ciberespaço”, sai da literatura e se materializa sob a forma de manifesto.

A utopia de Barlow, o seu “act of nature”, parece basear-se numa ideia de ciberespaço como *terra incognita*, anterior às formações governamentais que tentam controlá-la e convenientemente desligada de mapas terrestres, a ser colonizada por seres corajosos que farão surgir uma nova sociedade, livre dos vícios das presentes. Paradoxalmente, o seu modelo é o mesmo que deu origem ao detestado governo americano, e a analogia do ciberespaço com um território por explorar contém algumas armadilhas, como veremos de seguida.

A experiência do ciberespaço pode ter um carácter semelhante à de uma *terra incognita*, em virtude da possibilidade de expansão infinita característica deste tipo de espaço: novos sítios surgem a cada momento, assim como outros deixam de existir. Trata-se de um espaço impossível de cartografar de forma definitiva, pois encontra-se permanentemente em mudança. Talvez seja por esta razão que surgiu a metáfora da “navegação” para designar a experiência do utilizador. A ausência de um mapa pode acrescentar a um percurso prolongado pelo ciberespaço algo de imprevisível, e neste sentido a navegação assemelha-se a uma exploração.

Por outro lado, a natureza do ciberespaço é radicalmente oposta à da terra incógnita pois é, por definição, um espaço construído, pré-mapeado em pequenas parcelas, com uma rigorosa arquitectura baseada em código. Neste sentido, a necessidade de um mapa não se faz sentir, pois o rigor urbanístico do espaço determina que todos os locais nele existentes tenham uma morada, pelo que qualquer ponto é instantaneamente acessível desde que se conheça a sequência de letras e números que traduzem a sua localização. O organicismo que Barlow procura imprimir ao ciberespaço não pode ser senão uma estratégia de retórica, pois a arquitectura do código faz dele um espaço mais controlável do que o real, como, aliás, o próprio nome sugere. Trata-se, de facto, de um espaço tão controlável que esta virtude o aproxima do espaço conceptual da utopia, onde a ideologia se serve do urbanismo para estruturar a vivência social. Deste modo, a característica do ciberespaço que Barlow procura negar, com a sua imagética de *cowboy* do velho oeste, é precisamente aquela que mais aproxima este espaço da condição utópica, na sua profunda previsibilidade, se não na visibilidade. No entanto, dentro desta comparação, este último aspecto afasta

novamente os dois espaços, pois se a utopia pretende ser visível, sob a forma de mapa, como uma totalidade, o ciberespaço não o pode ser, por lhe ser alheio o estatismo próprio da utopia. A previsibilidade do ciberespaço articula-se igualmente de forma parcelar: num dado momento e local, de acordo com o código que o estrutura, as possibilidades de acção são limitadas e previsíveis; no entanto, o código pode ser alterado a qualquer momento, pelo que o carácter de permanência da arquitectura utópica (assim como da real) deixa de ser aplicável aqui.

Lawrence Lessig explora em profundidade as implicações deste controlo urbanístico no seu *Code*, contra a retórica essencialista adoptada por Barlow, entre outros, o autor argumenta:

There is certainly a way that cyberspace *is*. But how cyberspace *is* is not how cyberspace has to be. There is no single way that the Net has to be; no single architecture that defines the nature of the Net⁸⁶.

Um espaço construído não só não pode ser “natural” como a sua arquitectura não pode ser ideologicamente neutra; ao proclamar o ciberespaço “natural”, Barlow referia-se necessariamente à sua configuração naquele momento, mas o sucesso da tentativa de encenar performativamente essa “naturalidade” estava dependente da elisão desse factor. A paisagem artificial do código transformou-se, momentaneamente, em planície por desbravar. Mas o terreno ciberespacial não possui a estabilidade do mundo físico, pelo que esta tentativa estava condenada a falhar.

Poderíamos também levar a analogia da fronteira até às últimas consequências, e encontrar o aspecto artificioso da própria colonização: com efeito, os colonos que ocuparam aquele território virgem produziram, formatando o espaço à medida das suas necessidades, os Estados Unidos da América⁸⁷. Invocando Henri Lefebvre, este espaço produzido pela sua vivência condicionará necessariamente os seus movimentos:

Space commands bodies, prescribing or proscribing gestures, routes and distances to be covered. It is produced with this purpose in mind; this is its *raison d'être*.⁸⁸

⁸⁶ Lessig, *op. cit.*, p. 32.

⁸⁷ Poderíamos igualmente perguntar, com Barbrook: se o ciberespaço é uma fronteira, quem são os índios? (Barbrook, *op. cit.*, p. 52) Com efeito, esta analogia só pode funcionar de modo muito parcial, e a nostalgia da evocação ignora por completo os aspectos cruéis e profundamente racistas da construção da América, nomeadamente, o genocídio e a escravatura.

⁸⁸ Henri Lefebvre, *op. cit.*, p. 143.

A partir do momento que é apropriado e se torna o local de uma determinada prática social, o espaço condiciona as acções nele possíveis, de forma por vezes tão eficiente como o código de Lessig, pelo que se pode concluir que a leitura que Barlow faz do ciberespaço como fronteira já se encontra viciada à partida pela ideologia particular a essa representação de espaço, cujas limitações, aliás, conhecem alguma continuidade pela agência do governo ao qual o autor ostensivamente se opõe.

A fronteira que Barlow explora é sempre vista da perspectiva do colono, ou seja, de quem já se encontra no local, no espaço produzido por agentes (incluindo ele próprio) do detestado governo. Trata-se de um espaço conhecido, o lado de cá da fronteira, cujos caminhos de ligação ao mundo real já foram traçados. Este espaço não pode, então, ser estritamente equivalente ao espaço utópico tradicional, que se encontra sempre para lá do limite, no território cuja existência é incerta, ainda por descobrir.

Procuremos, então, sumarizar afinidades e diferenças entre o ciberespaço e o espaço utópico. Já se viu que, no momento em que sai da ficção para a realidade, o ciberespaço passa a localizar-se do lado oposto da fronteira em relação à utopia. A utopia tende a situar-se num território que está sempre na iminência de ser descoberto, e que se vai deslocando sempre para mais além à medida que a *terra incognita* vai deixando de o ser. Além do mais, o ciberespaço só surge na ficção no momento em que já estão a ser configurados os seus contornos reais; a utopia surge sempre, necessariamente, dissociada do real.

Podemos tentar encontrar uma afinidade na construção dos espaços, na medida que a arquitectura do código facilita uma espécie de determinismo urbanístico no ciberespaço, tal como na utopia a configuração do espaço construído modela os comportamentos e hábitos da população. No entanto, se nos é possível pensar a utopia tradicional como miniatura, fechada sobre si mesma e controlável na sua totalidade, já ao ciberespaço não podemos aplicar este modelo. Com efeito, o ciberespaço é informe na sua capacidade de expansão permanente, ainda que contenha muitas estruturas totalmente controladas pela arquitectura do seu código.

Não será possível, então, pensar o ciberespaço, na sua totalidade, de acordo com o conceito de *closure* a que obedece a tradição literária utópica, mas é possível conceber a existência de enclaves no interior do ciberespaço, que, pela sua condição auto-suficiente e altamente regrada, apresentem certos aspectos de *closure*. Exemplos desta situação podem

ser algumas MUDs e MOOs⁸⁹: espaços de conversação ou interacção que se constituem através de descrições de locais, com coerência geográfica. Jennifer Mnookin descreve este processo num dos mais conhecidos destes espaços, o LambdaMOO, que ganhou notoriedade por ter ensaiado uma experiência de democracia *online*.

Participants in the MOO are literally building their own universe room by room. At the same time, they are building their own social structure, as well as their own legal system. Indeed, LambdaMOO has had for several years a system for enacting legislation as well as mechanisms for dispute resolution.⁹⁰

Mnookin crê que o estudo do processo de criação e discussão de uma estrutura legislativa no LambdaMOO pode ser produtivo para o entendimento das ordens social e legal, invocando a teoria de Roberto Unger sobre a artificialidade da sociedade como fundamento para a utilização desta comunidade *online* como ferramenta de estudo. Com efeito, o LambdaMOO é um mundo constituído inteiramente por código, pelo que não há nele qualquer pretensão de naturalidade, tornando-se óbvio, deste modo, o carácter construído das suas estruturas sociais.

Within LambdaMOO, it is far more obvious than in real life that social structures are made rather than given – that they are constructed out of the actions and assumptions of the participants. In this virtual society, to change the code is to change the world; reality is bounded only by the imagination. In other words, LambdaMOO offers the potential to be an imaginative space, an environment within which social structures and legal mechanisms may be creatively constructed and reconstructed.⁹¹

O ambiente experimental que Mnookin aqui descreve assemelha-se ao aspecto de laboratório assumido pela utopia, onde o autor enquanto amador pode mexer nos fundamentos da sociedade:

⁸⁹ Multi-User Dungeon e MUD Object-Oriented. Como o nome indica, nas MOOs há normalmente uma maior componente de construção do próprio espaço e dos objectos nele existentes. As MUDs tendem a assemelhar-se mais a *role-playing games*.

⁹⁰ Jennifer L. Mnookin, «Virtual(ly) law: The Emergence of Law in LambdaMOO», in *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001), pp. 245-301.

⁹¹ *Idem*, p. 249.

For it is precisely this dimension of a hobby-like activity, which anyone can do in their own spare time, at home, in your garage or workshop, that organizes the readership of the Utopian text, a better mousetrap which you also can emulate, thinking of new twists on existing laws and customs and coming up with ingenious models of your own.⁹²

A dimensão de amadorismo presente na literatura utópica, da qual já se referiu acima o exemplo de Marge Piercy, encontra no LambdaMOO uma expressão de empenho equivalente. Contudo, esta similaridade funcional entre um enclave no ciberespaço e o espaço da utopia chama-nos a atenção para uma diferença fundamental entre ambos: se o autor da utopia é apenas um, criando um espaço totalmente controlável de um único ponto de vista, um espaço como o LambdaMOO é constituído por uma pluralidade de intervenientes, todos empenhados na escrita do código e na discussão das leis. É certo que, na maioria das MOOs (assim como em algumas fases da existência do próprio LambdaMOO), há um grupo de utilizadores com privilégios especiais, chamados *wizards*, que definem as regras básicas de actuação dentro do espaço. Normalmente estes são os criadores do espaço, pelo que o seu poder é parcialmente definido pelo domínio do código que confere existência ao espaço em primeiro lugar. A implantação da democracia no LambdaMOO aboliu os privilégios de decisão dos *wizards*, colocando para discussão pública todos os problemas que surgissem. Mais tarde, provando-se impossível separar completamente o domínio tecnológico do social, os *wizards* reassumiram o seu poder de decisão⁹³. Ainda assim, a discussão pública das estruturas de poder dentro da MOO continuou a ser permitida e encorajada, pelo que o carácter colectivo da obra se manteve⁹⁴.

Este exemplo sugere-nos que, mais do que um “lugar nenhum” onde possa resguardar-se um regime de diferença radical, o ciberespaço oferece condições para a criação de espaços de discussão e experimentação de estruturas políticas e sociais, num modelo que, constituindo-se de forma dialéctica, nunca poderá ter a coerência e a impecabilidade de uma utopia de autor, mas que oferece uma solução de compromisso sob a forma de proximidade acrescida ao real.

A relação do LambdaMOO com o mundo real é ambígua: por um lado, trata-se de um pequeno universo autocontido, pois as discussões que nele se geram são referentes apenas ao seu interior. Neste sentido, aproxima-se da miniaturização experimental da

⁹² Jameson, *op. cit.*, p. 35.

⁹³ Mnookin, *op. cit.*, p. 287.

⁹⁴ Pode argumentar-se que, de qualquer modo, uma MOO (ou uma MUD) não é uma construção individual pois normalmente há mais do que um *wizard* envolvido na sua fundação.

utopia. Por outro lado, a multiplicidade de agentes que participam na sua construção aproxima as condições desta experiência das do mundo real, conferindo-lhe uma imprevisibilidade que não faz parte do tecido utópico, mas que pode ser vista como uma materialização das múltiplas agências presentes na chamada utopia aberta ou crítica, que retiram a esta o estatismo característico da utopia clássica. Se as utopias abertas acima analisadas põem em causa o fundador mítico, figura autoral que reside no interior do texto, o LambdaMOO encena o passo que se segue logicamente a este, pondo em causa o próprio autor e, através deste, todo o controlo exercido através da miniaturização. As condições laboratoriais de *closure* não são, também, as mais rigorosas, pois as leis no LambdaMOO muitas vezes baseiam-se nas do mundo real⁹⁵. O LambdaMOO, enquanto experiência, é-o simultaneamente mais e menos do que uma utopia clássica: tendo condições mais próximas do real, tem também maior risco de contaminação pelo mesmo.

A autocontenção do LambdaMOO distancia-o, como espaço de discussão, do conceito de “ágora electrónica” proposto por Howard Rheingold, dado que este autor pensa a discussão e a produção de política no ciberespaço sempre na sua aplicabilidade ao mundo real. Como já foi visto acima, Rheingold defende o carácter emancipatório da comunicação multilateral como fórum de discussão política que poderá servir para revitalizar uma “citizen-based democracy”⁹⁶. Neste sentido, a ágora electrónica como espaço público *online* não substituiria o espaço público já existente nas cidades mas acrescentar-lhe-ia uma nova dimensão, ou geraria um novo tipo de espaço, mais semelhante ao da ágora propriamente dita na democracia grega. A arquitectura do ciberespaço para Rheingold funciona em continuidade com a arquitectura física, complementando-a, proporcionando um espaço de discussão que poderá conduzir a uma maior participação do cidadão comum no processo democrático. A forma como a estrutura do espaço condiciona a discussão pode facilitar uma maior participação:

Some people – many people – don’t do well in spontaneous spoken interaction, but turn out to have valuable contributions to make in a conversation in which they have time to think about what to say.⁹⁷

⁹⁵ Mnookin, *op. cit.*, pp. 278-284.

⁹⁶ Rheingold, *op. cit.*, p. 14.

⁹⁷ *Idem*, p. 23.

Mais uma vez, o carácter textual do ciberespaço é apontado como uma vantagem, permitindo um tipo de interacção mais ponderada do que a oral. Esta é uma característica específica da ágora electrónica em relação à sua equivalente física, pelo que se pode dizer que o ciberespaço, mais do que recuperar a ágora original, possibilita a criação de um novo tipo de espaço.

Do ponto de vista da comunidade, há outro factor específico do ciberespaço que se reveste de alguma importância: trata-se do arquivo que contém o registo de conversas passadas e que constitui uma “community memory that preserves key moments in the history of the community”⁹⁸. No mundo real, este trabalho de preservação é tradicionalmente confiado a museus ou monumentos: espaços públicos, muitas vezes de carácter monumental, que registam uma versão do passado de uma comunidade mais ou menos alargada. A versão ciberespacial da memória colectiva tem características muito diferentes, pois trata-se, materialmente, de uma enorme quantidade de texto electrónico arquivado em servidores diversos. É uma herança difusa: se, por um lado, pode facilmente ser apagada por intrusão ou acidente, encontra-se mais presente, mais acessível no quotidiano do que um qualquer museu ou monumento. Além do mais, não há critérios de escolha na preservação, pois tudo pode ficar arquivado com facilidade⁹⁹. A existência de uma comunidade constituída por elementos dispersos por vários pontos do globo, reunidos por afinidade de interesses, tornou-se possível através do ciberespaço, pelo que a celebração do seu passado comum tem quase forçosamente de assumir uma expressão ciberespacial.

A postura de Rheingold poderá estar próxima de um determinismo tecnológico, invocando o potencial de mudança das redes de comunicação mediada por computador, em virtude de estas oferecerem “a new capability of ‘many to many’ communication”¹⁰⁰ com utilidade social e política. O autor coloca, porém, uma reserva:

But the way such a capability will or will not be used in the future might depend on the way we, the first people who are using it, succeed or fail in applying it to our lives¹⁰¹

⁹⁸ *Idem*, p. 42.

⁹⁹ As consequências desta característica não são desenvolvidas no texto de Rheingold, mas poderia pensar-se na ausência de monumentalidade da sua paisagem ciberespacial como tendo algum paralelo com a paisagem de algumas utopias literárias: a razão da semelhança estará talvez na relação entre a descentralização do poder e a perda de importância da narrativa histórica como veículo ideológico.

¹⁰⁰ Rheingold, *op. cit.*, p. 12.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*.

Este espaço terá, então, de ser produzido de forma consciente, e as práticas que nele surgirem, como em qualquer espaço real, dependerão não só das particularidades da sua construção como também do precedente estabelecido pelos primeiros utilizadores.

Relativamente a esta questão, uma posição um pouco mais pessimista é sustentada no manifesto da publicação *online Bad Subjects*. Esta publicação constituiu-se, nos anos 90, como um fórum de debate de políticas de esquerda, tendo produzido, em 1995, o *Manifesto for Bad Subjects in Cyberspace*, com o intuito de clarificar a sua posição sobre as possibilidades utópicas do ciberespaço. Esta é, no essencial, análoga à de Brecht, cujo contraponto com Rheingold já foi feito acima. O colectivo Bad Subjects procura criticar a postura determinista que vê no ciberespaço a concretização de uma utopia, frisando que a tecnologia em si não provocará mudanças sociais, mas estas serão resultado apenas da vontade e do trabalho dos humanos que a utilizam. Assumindo como objectivo o despoletar de acção concreta no mundo real através do fomento de um debate político consistente à esquerda, o manifesto articula a necessidade de produção de posições finais, colectivamente sustentáveis, de modo a poder agenciar alguma mudança política. Esta posição põe em destaque o problema da ligação entre os acontecimentos no ciberespaço e no mundo real; de certa forma, trata-se de uma denúncia da tendência de *closure* como algo negativo.

While discussions on the Bad Subjects mailing list may suggest a kind of collective politics, there is need to distinguish between the feeling of political community that a list can generate, and the ability to make productive use of that community to enact material changes in the world.¹⁰²

A *mailing list* é estruturalmente favorável à discussão, mas esta situação não é suficiente se não gerar repercussões no mundo real. A discussão não é necessariamente produtiva de mudança; deve ser tida apenas como meio para alcançar um fim, uma ferramenta útil para trocar informação e ideias com vista à implementação de políticas de esquerda no mundo real.

Esta visão, a menos romantizada de todas as que já foram aqui referidas, não deixa de admitir a conveniência de certas características do ciberespaço que o tornam

¹⁰² Bad Subjects Production Team, *Manifesto for Bad Subjects in Cyberspace*, <http://bad.eserver.org/issues/1995/18/manifesto.html>, 03-08-2008.

singularmente adequado aos fins propostos. A possibilidade de criação de comunidades entre pessoas geograficamente dispersas com interesses semelhantes, já referida por Rheingold, é tida como um ponto positivo; a questão da identidade também é aqui abordada, referindo-se a não visualidade do ciberespaço como elemento dissuasor de avaliações racistas ou sexistas. No entanto, ainda que estas características sejam interessantes, o potencial utópico do ciberespaço encontra-se noutra parte:

What is Utopian about cyberspace at this point in history is that its structure is obviously not entirely fixed. Perhaps, in deciding how we wish to organize the future of cyberspace, we can teach ourselves that, indeed, the future of human society is not fixed either. We can always choose to be different, and more importantly, we can always choose to be better. Like cyberspace itself, this manifesto is an invitation to remember that, as individuals and as a society, this choice is always ours.¹⁰³

A maleabilidade do ciberespaço poderá sugerir possibilidades análogas de mudança no mundo real; esta argumentação é semelhante à de Mnookin quando sugere o LambdaMOO como laboratório de experimentação social pela sua aptidão para pôr em evidência o artifício – logo, a mutabilidade – das estruturas sociais.

Como laboratório, como prolongamento do espaço real ou como ferramenta com determinadas características espaciais, é no carácter assumidamente diferente do ciberespaço que se parece localizar a sua capacidade utópica. Sendo certo que não se poderá constituir como alternativa ao mundo real, o ciberespaço tem meios de fornecer novos espaços complementares a este. Contudo, é possível que a sua virtude mais promissora seja, à semelhança dos espaços produzidos pela literatura utópica e pela ficção científica, a de provocar um estranhamento que obrigue à reflexão sobre as condições do espaço real.

¹⁰³ Bad Subjects Production Team, *op. cit.*

CONCLUSÃO

O espaço do ciberespaço e a sua posição relativamente ao espaço utópico; genealogias possíveis. Breve apontamento sobre a actualidade.

Iniciámos este percurso interrogando-nos sobre o surgimento, na altura em que as tecnologias de comunicação em rede colectivamente conhecidas como “Internet” se começaram a popularizar, de previsões e manifestos de carácter mais ou menos utópico sobre o futuro das mesmas. Tendo proposto a existência de uma relação entre esta situação e uma determinada forma de caracterizar espacialmente estas tecnologias, indicada pela aplicação do nome “ciberespaço” às mesmas, procurámos perceber quais as características deste espaço que o tornariam tão apetecível à especulação utópica.

Em primeiro lugar, o acto de baptismo da Internet, ou, mais especificamente, de um determinado modo de a utilizar, como “ciberespaço” não implica necessariamente uma continuidade com os significados gerados pela utilização original da palavra na ficção de William Gibson, dos quais o mais significativo, ainda que por oposição, será talvez o modelo cartesiano de visualização elaborado em *Neuromancer*. Se, no discurso de Michael Benedikt, encontramos uma identificação com estes significados – a primitiva Internet, baseada em texto, é vista como um passo num percurso evolutivo que culminará no ciberespaço visualizável e imersivo, à maneira de Gibson – a esta visão opõem-se muitos dos manifestos utópicos aqui estudados: Blankenship e Rheingold vêem claras vantagens na estrutura textual, tanto por não ser visual como por não ser imediata; Barlow e os Bad Subjects também mencionam a ausência de discriminação decorrente desta característica. A textualidade do ciberespaço é talvez a sua particularidade mais interessante, podendo ser pensada de duas formas: enquanto ausência de visualidade, constitui-se como meio de comunicação que impossibilita as avaliações com base no aspecto físico dos indivíduos, actuando de forma semelhante ao condicionamento através da linguagem nas utopias acima estudadas. Enquanto texto escrito, o ciberespaço permite algo que não existe num frente-a-frente: a introdução de tempo de reflexão nas comunicações¹⁰⁴. Deste carácter textual está também dependente a possibilidade de arquivamento massivo das conversas, gerando o espaço público de memória colectiva referido por Rheingold.

¹⁰⁴ Esta vantagem da textualidade foi posteriormente desvirtuada pelo surgimento da comunicação instantânea por texto sob a forma do *chat*.

Esta modalidade de espaço público, peculiar ao ciberespaço, torna-se possível pela reduzida quantidade de espaço que o texto ocupa, assim como pela baixa velocidade de transmissão requerida para visualizá-lo. Não será por acaso que o acesso aos ciberespaços visuais da ficção¹⁰⁵ raramente é universal, pautando-se por critérios de especialização e/ou condições financeiras. A construção de edifícios monumentais pelas entidades detentoras de poder nestes ciberespaços ficcionais contrasta com a ausência de monumentalidade acima referida como característica do espaço público textual. As vantagens arquivísticas inerentes a este espaço estão assim relacionadas com a possibilidade de democratização da comunicação multilateral, unindo comunidades em torno do que é efectivamente um passado comum em permanente construção.

A multilateralidade é uma ambição antiga, pensada para a rádio e para a televisão antes de surgir a Internet, mas só concretizada com esta. Com efeito, se existia, à partida, possibilidade de os *media* anteriores adoptarem uma estrutura multilateral, esta nunca se concretizou plenamente, excepção feita para uma reduzida quantidade de rádio-amadores que continuam a comunicar de forma não profissional. A exigência de profissionalismo nas comunicações conduz à adopção de estruturas *mass media*, pelo que o cidadão comum é forçado a assumir o papel de espectador, ao invés de participar na dualidade emissor-receptor¹⁰⁶. Com o surgimento da Internet, pensa-se ser este, finalmente, o *medium* ideal para a introdução de outra modalidade de comunicação, que generalize a prática do amadorismo, transpondo para a sociedade actual esse mítico emblema da democracia que é a ágora grega. Como já foi visto acima, esta idealização está em continuidade com um tema caro a muita literatura utópica, e a cuja abordagem por Marge Piercy demos aqui particular destaque: a oposição entre a prática de uma actividade por gosto – amadorismo – e a alienação resultante de uma divisão demasiado rígida de tarefas nas sociedades que enveredam pelo caminho da especialização profissional. A divisão de tarefas equipara-se, neste sentido, à rotulação dos indivíduos com base em sexo, raça e posição social, que introduz outras divisões artificiais, aspecto que as utopias ciberespaciais procuram unanimemente combater, também em continuidade com a tradição literária utópica.

O momento inicial das tecnologias de comunicação em rede produz expectativas semelhantes às que surgiram nos primórdios da rádio. Contudo, se estas últimas não

¹⁰⁵ O exemplo notável, já aqui analisado, desta situação é o de Gibson, mas o ciberespaço *avant la lettre* de Vernor Vinge em *True Names*, assim como, com nuances de maior complexidade, o elitismo na escala de qualidade dos avatares em *Snow Crash*, de Neal Stephenson, podem também suportar este argumento.

¹⁰⁶ O espectador distingue-se do receptor por ser circunstante mais do que destinatário; os conteúdos dos *mass media* não se dirigem especificamente a um indivíduo mas a uma imensidão informe de pessoas que, na melhor das hipóteses, podem ser classificadas de forma incerta com base em critérios demográficos ou económicos.

tardaram em ser defraudadas pelos critérios de atribuição de licenças, já a Internet, funcionando num registo arquivístico e não imediato, não tem as limitações de espaço que tinha a tecnologia mais antiga. Por esta razão, qualquer pessoa pode colocar conteúdo *online*, pelo que o amadorismo é, em teoria, permitido e até encorajado. Neste ponto, poderá ser interessante desviarmos o nosso olhar, que se tem mantido firmemente fixo no passado, para a actualidade, procurando perceber se estas ideias conhecem, hoje, algum tipo de concretização. Verificamos que há, de facto, uma quantidade imensa de conteúdos *online* que não são directamente atribuíveis a instâncias de poder económico, político ou mediático, pelo que se pode concluir que a democratização do acesso aos meios de comunicação é, pelo menos em parte, uma realidade. No entanto, é importante perceber que esta democratização não se situa necessariamente no plano da “ágora electrónica”, dado que grande parte dos utilizadores da Internet recorre a estruturas já existentes – essas sim, criadas por corporações¹⁰⁷ – para a colocação dos seus conteúdos *online*, em virtude de as ferramentas necessárias para a construção da estrutura de um *site* se situarem no domínio do conhecimento especializado. Não se pode, então, dizer que o amadorismo enquanto projecto social se tenha concretizado plenamente; o que conhecemos hoje em dia é algo mais semelhante a uma massificação da multilateralidade: existe comunicação, mas esta processa-se maioritariamente através de canais e formatos pré-determinados. Deste modo, muitos dos conteúdos susceptíveis de constituir uma memória colectiva não estão verdadeiramente no domínio público, mas num espaço corporativo, cujo acesso é facultado mediante a obediência a determinadas regras.

Não queremos, contudo, desviar-nos excessivamente do âmbito do nosso compromisso com um momento inaugural da Internet, pelo que procuraremos, de seguida, delinear os aspectos em que o ciberespaço, segundo os manifestos aqui analisados, pode estar em continuidade com o espaço das utopias literárias. Já vimos que John Perry Barlow, ao proclamar a independência do ciberespaço, se serviu de uma caracterização do mesmo que o colocaria, aparentemente, num registo espacial semelhante ao da utopia, enquanto lugar nenhum e fronteira. No entanto, se a utopia radical de Barlow se baseia em falsas premissas – pois o ciberespaço não é um território por explorar e não se situa além mas firmemente aquém-fronteiras – o seu raciocínio não deixa de se enraizar numa genealogia ficcional que se articula com a história da conquista do espaço desconhecido, sendo que o próprio autor invoca um dos episódios finais da fase terrestre deste processo como precedente para o momento imaginário de conquista do ciberespaço.

¹⁰⁷ Podem ser referidos como exemplo o Facebook, o Twitter e algumas plataformas adquiridas pelo Google como o Blogger ou o You Tube.

As discrepâncias no discurso de Barlow indicam que a estrutura autoral fechada de um universo ficcional não poderá transpor-se, sem alguma dificuldade, para um espaço real (ainda que imaterial), a não ser que uma boa dose de ficção esteja envolvida nessa transposição, como cremos ter acontecido na *Declaration of the Independence of Cyberspace*.

Curiosamente, ao procurar uma genealogia para as posturas mais moderadas, verifica-se que se pode encontrar um esboço de continuidade com alguma literatura utópica, mas essencialmente com a sua mais recente manifestação como utopia crítica ou aberta, que se constitui com base em premissas um pouco diferentes das da tradição utópica colonialista invocada pelo texto de Barlow. A diluição de *closure*, e, simultaneamente, da figura autoral; a tendência para o enfraquecimento de barreiras artificiais manifesta na preocupação com as questões de identidade e amorismo; todas estas características são reconhecíveis no LambdaMOO como laboratório de ensaio utópico, assim como na *mailing list* dos Bad Subjects e na ágora electrónica de Rheingold como plataformas de discussão política. Estas manifestações ciberespaciais têm condições para ser, à sua maneira, utopias abertas, mantendo necessariamente ligações ao espaço real, e imbuídas de uma dinâmica resultante da multiplicidade de agentes envolvidos em permanente debate.

Contudo, o facto de existirem condições para a criação de utopias não causa, só por si, a sua materialização. Com efeito, a única característica estrutural do ciberespaço que pode produzir uma utopia enquanto experiência controlável é também a que pode afastá-lo desta: a sua arquitectura de código, que lhe confere a plasticidade teorizada por Lessig e referida pelo colectivo Bad Subjects como factor de potencial utópico. O formato textual, fundamental para a argumentação na maioria dos manifestos aqui analisados, é apenas uma contingência da velocidade de transmissão de dados numa fase inicial da tecnologia. Hoje em dia proliferam *sites* construídos em *Flash*, fotografia e vídeo na Internet, assim como o *Second Life*, que se estabeleceu como um gigantesco sucessor visual das MOOs. A par desta viragem para a visualidade, que não se encontra exactamente em linha com as previsões de Benedikt, constituindo-se (ainda?) com base na superfície bidimensional do ecrã, o pensamento utópico parece ter desaparecido. Finalizamos, então, delineando uma possibilidade de ligação entre a utopia e a textualidade, através de uma leitura que Rosalind Krauss faz de Walter Benjamin:

It is a reflection Walter Benjamin had long ago broached in his own consideration of photography as he wondered whether photography had, like other technologies before it, released a fleeting image of the utopian promise it might

contain at the moment when it was still an amateur pastime, the moment, that is, before it became commercialized and hardened into a commodity. Further, it was Benjamin's thought that at the moment when a technology is suddenly eclipsed by its own obsolescence, its armouring breaks down and it releases the memory of this promise. And here, he thought, through the outmoded's creation of a chink in the armour, one could glimpse an outside to the totality of technologized space.¹⁰⁸

Os longos tempos de exposição condicionaram a exploração comercial da fotografia nos seus primórdios, do mesmo modo que a baixa velocidade de transmissão impôs o predomínio do texto na Internet: o primeiro momento de ensaio que antecede a expansão de uma tecnologia é o território do amadorismo, e nele se encerra o seu potencial utópico. Fica a promessa de, no momento da sua obsolescência, a antiga estrutura textual das comunicações em rede poder permitir-nos um vislumbre de uma possibilidade alternativa à actualidade que entretanto se constituiu.

¹⁰⁸ Rosalind Krauss, «Reinventing the Medium: Introduction to *Photograph*», in *October Files: James Coleman* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2003), p. 205.

BIBLIOGRAFIA

Alkon, Paul. *Science Fiction Before 1900: Imagination Discovers Technology*. Nova Iorque: Routledge, 2002.

Bad Subjects Production Team. *Manifesto for Bad Subjects in Cyberspace*. <http://bad.eserver.org/issues/1995/18/manifesto.html>, 03-08-2008.

Barlow, John Perry. «A Declaration of the Independence of Cyberspace». In *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias*, ed. Peter Ludlow, 27-30. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001.

Barbrook, Richard. «HyperMedia Freedom». In *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias*, ed. Peter Ludlow, 47-58. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001.

Benedikt, Michael. «Introduction». In *Cyberspace: First Steps*, ed. Michael Benedikt, 1-25. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991.

Benedikt, Michael. «Cyberspace: Some Proposals». In *Cyberspace: First Steps*, ed. Michael Benedikt, 168-172. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991.

Blankenship, Lloyd. *The Conscience of a Hacker*. <http://www.phrack.org/issues.html?issue=7&id=3&mode=txt>, 01-08-2008.

Brecht, Bertolt. «Suggestions for the Director of Radio Broadcasting». In *On Film and Radio*, ed. e trad. Marc Silberman, 35-36. Londres: Methuen, 2001.

Brecht, Bertolt. «The Radio as a Communications Apparatus». In *On Film and Radio* ed. e trad. Marc Silberman, 41-46. Londres: Methuen, 2001.

Briggs, A. e P. Burke. *A Social History of the Media: from Gutenberg to the Internet*. Cambridge: Polity, 2005.

Bukatman, Scott. «Cyberspace». In *The Cybercultures Reader, second edition*, ed. David Bell e Barbara M. Kennedy, 80-105. Nova Iorque: Routledge, 2007.

Fourier, Charles. *A Infância Emancipada*. Lisboa: Antígona, 2007.

Gibson, William. «The Gernsback Continuum». In *Burning Chrome*. http://project.cyberpunk.ru/lib/burning_chrome/, 26-11-2008.

Gibson, William. *Neuromancer*. Londres: HarperCollins, 1995.

Jameson, Fredric. *Archaeologies of the Future: the Desire Called Utopia and Other Science Fictions*. Nova Iorque: Verso, 2005.

Krauss, Rosalind. «Reinventing the Medium: Introduction to *Photograph*». In *October Files: James Coleman*, ed. George Baker, 185-210. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2003.

Le Guin, Ursula. *The Dispossessed*. Londres: Gollancz, 2002.

Le Guin, Ursula. «The Day Before the Revolution». In *The Wind's Twelve Quarters*, 285-303. Nova Iorque: HarperCollins, 2004.

Lefebvre, Henri. *The Production of Space*, trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

Lessig, Lawrence. *Code: Version 2.0*. Nova Iorque: Basic Books, 2006.

Licklider, J. C. R.. «Televistas: Looking Ahead Through Side Windows». In <http://web.mit.edu/~schultze/www/Licklider-Televistas-Carnegie-1967.pdf>, 04-06-2009.

Manuel, F. e F. Manuel. *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press, 1979.

Marin, Louis. «Frontiers of Utopia: Past and Present». *Critical Inquiry*, Vol. 19, N.º 3 (Primavera 1993): 397-420.

Marin, Louis. *Utopics*, trad. Robert A. Vollrath. Nova Iorque: Prometheus, 1984.

Mnookin, Jennifer L.. «Virtual(ly) law: The Emergence of Law in LambdaMOO». In *Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias*, ed. Peter Ludlow, 245-301. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2001.

Morris, William. *News from Nowhere*. <http://www.gutenberg.org/files/3261/3261.txt>, 02-09-2008.

Morrison, Aimée Hope. «An impossible future: John Perry Barlow's 'Declaration of the Independence of Cyberspace'». In *New Media Society* 2009; 11; 53, <http://nms.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/1-2/53>, 06-04-2009.

Piercy, Marge. *Woman on the Edge of Time*. Londres: The Women's Press, 1979.

Rheingold, Howard. *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Nova Iorque: HarperCollins, 1993.

Romm, James. «More's Strategy of Naming in the *Utopia*». *The Sixteenth Century Journal*, Vol. 22, N.º 2 (Verão, 1991): 173-183.

Ross, Andrew «Getting out of the Gernsback Continuum», *Critical Inquiry*, Vol. 17, N.º 2. (Inverno 1991): 411-433.

Stephenson, Neal. *Snow Crash*. Londres: Penguin Books, 1993.

Stewart, Susan. *On Longing: Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*. Durham: Duke University Press, 1993.

Turner, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*.
<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/TURNER/>, 25-01-2009.

Vinge, Vernor. True Names.
<http://web.archive.org/web/20051127010734/http://home.comcast.net/~kngjon/truename/truename.html>, 02-08-2009.

Williams, Raymond. «Utopia and Science Fiction». In *Science Fiction Studies*, #16, volume 5, part 3, Novembre 1978.

Winston, Brian. *Media technology and society: a history: from the telegraph to the internet*. Londres: Routledge, 2000.

